

## Poder Judiciário

Justiça do Estado do Pará

Biênio Fev. 2001 - Jan. 2003

41.419709811  
221r  
Ex.1



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

## Relatório de Atividades Biênio Fev 2001 / Jan 2003

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
RELATÓRIO DO TRIBUNAL

Belém - Pará

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**

**Presidente:**

Desa. Climeniè Bernadette de Araújo Pontes

**Vice - Presidente**

Desa. Maria de Nazareth Brabo de Souza

**Corregedor Geral da Justiça**

Des. Benedito de Miranda Alvarenga

**Secretário de Administração**

Haroldo de Araújo Pontes

**Secretário de Planejamento Coord. e Finanças**

Leônidas Monteiro Gonçalves

---

Pará. Tribunal de Justiça do Estado  
Relatório de Atividades; Biênio fev.  
2001, jan. 2003: Belém, 2003

341.4197 09811

---

**Apoio Editorial**

Assessoria de Imprensa do T.J.E.

Departamento de Documentação e Informação do T.J.E.

Projeto Gráfico Art Imprensa Criações e Serv. Gráficos Ltda.



TJE  
Biênio Fev. 2001 - Jan. 2003  
Belém - Pará

**Composição do Tribunal**

Presidente	Desa. Climeniè Bernadette de Araújo Pontes
Vice - Presidente	Desa. Maria de Nazareth Brabo de Souza
Correg. Geral de Justiça	Des. Benedito de Miranda Alvarenga
Conselho de Magistratura	Desa. Climeniè Bernadette de Araújo Pontes
	Desa. Maria de Nazareth Brabo de Souza
	Des. Benedito de Miranda Alvarenga
	Des. José Alberto Soares Maia
	Desa. Isabel Vidal de Negreiros Leão
	Desa. Sônia Maria de Macedo Parente
	Des. Milton Augusto de Brito Nobre

**Conselho de Administração do Poder Judiciário**

Membros	Desa. Climeniè Bernadette de Araújo Pontes
	Desa. Maria de Nazareth Brabo de Souza
	Des. Benedito de Miranda Alvarenga
	Desa. Albanira Lobato Bermeguy
	Des. Milton Augusto de Brito Nobre
	Des. Otávio Marcelino Maciel (Fev. a Set. 2001)
	Des. Rômulo José Ferreira Nunes (Out. 2001 a Jan. 2003)
	Des. Paulo Sérgio Frota e Silva (Fev. a Dez. 2001)



## Composição do Tribunal

### Desembargadores

José Alberto Soares Maia  
Izabel Vidal de Negreiros Leão  
Climeniè Bernadette de Araújo Pontes  
Maria de Nazareth Brabo de Souza  
Pedro Paulo Martins  
João Alberto Castello Branco de Paiva  
Werther Benedito Coêlho  
Yvonne Santiago Marinho  
Rutéa Nazaré Valente do Couto Fortes  
Jaime dos Santos Rocha  
Albarina Lobato Bemeguy  
Benedito de Miranda Alvarenga  
Osmarina Onadir Sampaio Nery  
Maria Helena Couceiro Simões  
Felício de Araújo Pontes  
Maria Helena D'Almeida Ferreira  
Maria Izabel de Oliveira Benone  
Carmencin Marques Cavalcante  
Heralda Dalcinda Blanco Rendeiro  
Sônia Maria de Macedo Parente  
Milton Augusto de Brito Nobre  
Geraldo de Moraes Corrêa Lima  
Maria do Céu Cabral Duarte  
Raimunda do Carmo Gomes Noronha  
Rosa Maria Portugal Gueiros  
Therezinha Martins da Fonseca  
Rômulo José Ferreira Nunes  
Marta Inês Antunes Jadão  
Eronides de Souza Primo  
Ana Teresa Sereni Murrieta



## Sumário

### Apresentação



### Justiça e Cidadania,

08 a 17

### Recursos Humanos

18 a 24



### Orçamento e Finanças

25 a 32

### Movimento Processual

33 a 55



### Comarcas do Interior

56 a 63

### Conclusão

64 a 67





## Apresentação

Cumprindo o que determina o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, estamos entregando ao público o relatório final de nossas atividades, concernentes aos projetos e ações que, neste biênio, estiveram sob o comando desta Presidência, o que marcou significativamente nossa trajetória de profissional da Justiça.

Na verdade, o presente documento destina-se a valorizar ainda mais a reconhecida contribuição do servidor público no âmbito da Justiça.

Realizamos o bastante através da conjugação de esforços, na missão de promover o atendimento eficaz das demandas da população.

Nesta publicação detalhamos as atividades setoriais do Poder Judiciário, que se somam às conquistas obtidas no período, com destaque ao Conselho de Administração, que disseminou a semente do trabalho coletivo e de qualidade voltado à integração entre o Poder Judiciário e os usuários dos seus serviços, imprescindíveis ao êxito do programa de modernização da Justiça.

Procuramos intensificar a aproximação do Judiciário com a comunidade, valorizando o legítimo sentimento de cidadania, reclamado pelo povo nas mais diversas situações do dia-a-dia.

Buscamos implementar programas de atendimento direto aos jurisdicionados de menor renda, bem assim, investimos na rede física do interior e capital, em equipamento, tecnologia, treinamento e outros programas de gerenciamento, de modo a propiciar condições favoráveis a uma justiça mais ágil.




## Apresentação

O prazer de estar hoje encerrando este período foi construído ao longo de nossa gestão, nas audiências, em viagens ao interior. Pois em cada depoimento que ouvimos e guardamo-lo na memória, as pessoas comuns expressavam sua alegria e admiração por uma justiça mais acessível, sem escadarias a subir.

A celeridade processual insere-se no conceito de modernização dos serviços da justiça. Mas, distribuir justiça representa uma forma de democratizar a cidadania, desencastelando o Poder Judiciário em benefício dos jurisdicionados.

O sentimento do dever cumprido na presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, durante o biênio, serve-nos de motivação para crer que o sucesso da própria justiça reside na capacidade da prestação jurisdicional de seus magistrados.

Belém, 03 de fevereiro de 2003.

  
**DESA. CLIMENTIE BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES**  
Presidente do TJE/PA



### Coordenação de Justiça e Cidadania

Ao ser empossada na presidência do TJE, em 1º de fevereiro de 2001, a Desembargadora Climeniè Bernadette de Araújo Pontes decidiu administrar o Poder de forma compartilhada.

Para por em prática o novo modelo, a gestora criou o Conselho de Administração do Poder Judiciário do Estado e convidou os Desembargadores Paulo Sérgio Frota e Silva, Albanira Lobato Bermeguy, Milton Augusto de Brito Nobre e Otávio Marcelino Maciel para coordenarem, respectivamente, as áreas de Justiça e Cidadania, Recursos Humanos, Orçamento e Fundo de Reparçamento e Legislação e Divulgação.

O novo modelo de gestão estabeleceu um programa de trabalho objetivando estabelecer mecanismos que viabilizassem a eficácia dos serviços judiciais, eliminando burocracias e facilitando o acesso ao aparelho judicial dos cidadãos.

Boa parte dos 38 anos dedicados à magistratura do estado, atuando como juíza de direito, em comarcas de difícil acesso e enfrentando a precariedade infra estrutural de alguns municípios do Estado, conferiu a gestora o "know-how" para identificar as reais necessidades dos jurisdicionados e dos juizes para uma prestação jurisdicional eficaz.

Criado o Conselho de Administração, foram realizadas reuniões de trabalho onde os integrantes puderam discutir e planejar as ações prioritárias de cada área de atuação.

Além das reuniões de trabalho com os membros integrantes do Conselho, a gestora também reuniu com todos os juizes, em



comarcas pólos, para saber detalhadamente as dificuldades e entraves enfrentados pelos mesmos, na prestação dos serviços judiciais, estabelecendo um contato franco e aberto para a busca de resultados.

Das reuniões fluíram diversas ações voluntárias de iniciativa dos juizes de todas as entrâncias, para prestação da tutela jurisdicional além das paredes dos gabinetes.

As ações realizadas em parcerias com representantes de órgãos públicos e lideranças comunitárias locais, garantiram a ampliação do exercício da cidadania possibilitando a inclusão de cidadãos em programas sociais de políticas públicas dos governos federal, estadual e municipal.

Na área da Justiça e Cidadania os projetos colocados em prática foram:

#### Projeto Cidadania desde o Nascimento

O primeiro documento do cidadão está garantido através do projeto, cujo objetivo é atender a necessidade da redução e posterior eliminação do sub registro (que é a falta do registro de nascimento) com a instalação de postos avançados dentro de maternidades que atendem gestantes assistidas pelo SUS - Sistema Único de Saúde, facilitando a emissão do Registro de Nascimento do recém nascido.

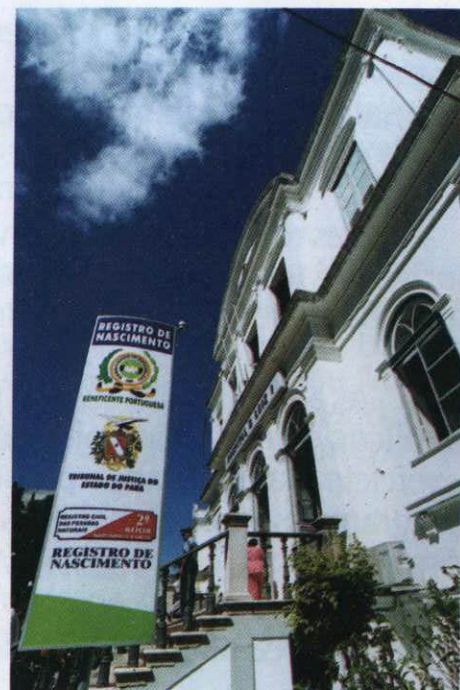


A parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado, dirigentes dos Hospitais, Cartório de Registros, Unicef e também com Empresas de Comunicação - para divulgação da gratuidade



universal do documento, foram instalados quatro postos avançados e o problema do sub registro está sendo reduzido. Entre as parturientes atendidas pelo SUS, no Pará, 50% delas saem da maternidade com as certidões dos filhos.

Em 1º de maio de 2001 foi instalado o primeiro posto avançado na Santa Casa de Misericórdia do Pará e em 2002 vieram os postos avançados do Hospital da Venerável Ordem Terceira de São Francisco, Hospital Beneficente Portuguesa e no Hospital de Clínicas "Gaspar Vianna". Cerca de dez mil certidões de nascimento já foram emitidas nos postos avançados.



### Projeto Formação de Agentes Comunitários de Cidadania

Através de um curso intensivo, líderes do movimento popular foram capacitados com aulas teóricas e práticas para atuarem como agentes multiplicadores dos direitos humanos.

No curso receberam os conhecimentos técnicos necessários para mediar conflitos de interesses nas suas comunidades e encaminhar as partes de um litígio aos órgãos competentes.

O projeto formou 53 agentes de cidadania da área metropolitana de Belém, e 29 agentes de vários municípios do Estado.



### Projeto Justiça na Praça



O Dia da Justiça 08 de dezembro, no biênio de Fev. 2001 a Jan. 2003 foi comemorado por magistrados e servidores do TJE em praça pública, prestando serviços e orientações jurídicas à população.

A ação foi realizada em três frentes de trabalho, com o objetivo de aproximar a população do aparelho judicial distribuindo material informativo e informações verbais sobre o funcionamento e estrutura do Poder.

As unidades organizacionais do Judiciário distribuídas em estandes, atenderam os moradores em parceria com Tribunal Regional Eleitoral, Juizados Especiais, Ministério Público e Defensoria Pública com orientações jurídicas, procedimentos sumários, expedição de documentos, com apoio do Executivo Estadual e Banco do Brasil.

A primeira edição foi realizada na praça Dalcídio Jurandir, na Cremação e totalizou 3.956 pessoas atendidas.

A Segunda edição ocorreu na Praça do Complexo Poliesportivo do Conjunto Cidade Nova VI, da Comarca de Ananindeua, ocasião em





que foram atendidas 6.800 pessoas.

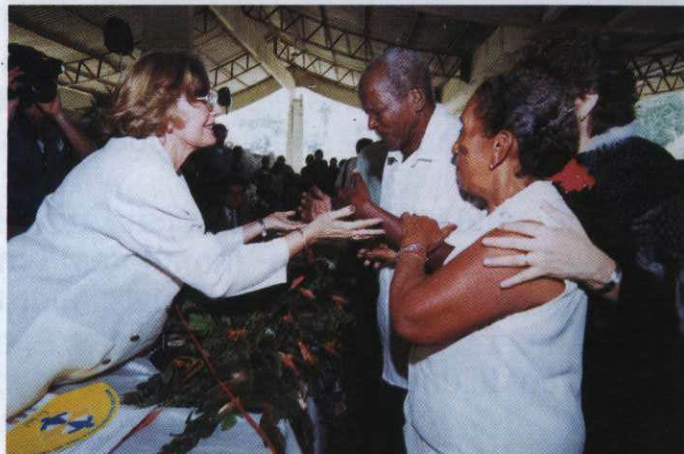
E a terceira edição foi realizada na Praça do Conjunto Providência, bairro de Val-de-Cães e atendeu 3.974 pessoas.

### Projeto Legalização de Uniões Estáveis

Pessoas de baixa renda, tiveram a oportunidade de legalizar o estado civil sem nenhum custo, em várias solenidades de casamentos comunitários promovidas pelo Poder Judiciário do Estado em parceria com os Cartórios de casamento.

No biênio foram realizadas quatro jornadas de casamentos comunitários, na região metropolitana (Belém, Ananindeua, Icoaraci e Mosqueiro).

Na última jornada, na capital, em cerimônia no Ginásio de Esportes da UEPA - Universidade Estadual do Pará foram oficializadas as uniões de 405 casais.



No distrito de Mosqueiro, a ação de cidadania foi realizada no Salão da Paróquia da Igreja de Nossa Senhora do Ó, quando 72 casais legalizaram a situação civil.

No distrito de Icoaraci a cerimônia ocorreu no Ginásio do Colégio Madre Celeste e atendeu a 315 casais.

Na Comarca de Ananindeua, 402 casais tiveram o casamento celebrado no Ginásio de Esportes Almir Gabriel.



### Convênio Garante Mais Exames de DNA

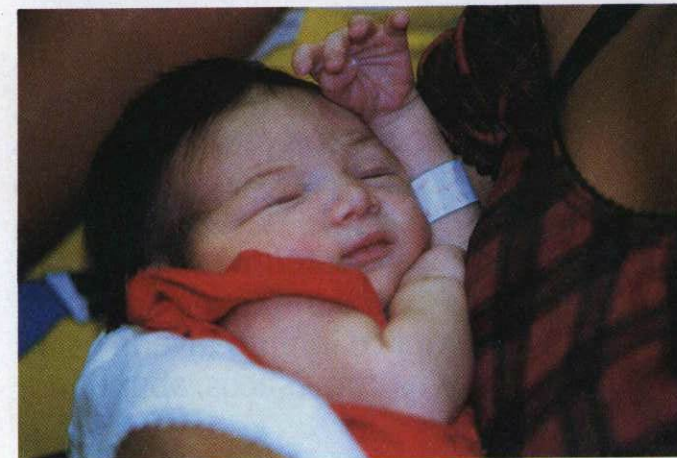
O convênio firmado entre o TJE e a Universidade Federal do Pará através da FADESP, disponibilizou para os juízes que atuam em varas de família, mais uma cota de 20 exames mensais de DNA para subsidiá-los nas decisões em ações de investigação de paternidade que tramitam na justiça gratuita.

Agora são 35 no total os exames realizados pelo Laboratório de Genética Humana vinculado a FADESP, somando-se à cota anteriormente disponibilizada pelo Governo do Estado - Secretaria Executiva de Justiça em convênio com a UFPA.

O tribunal repassa a FADESP por cada exame encaminhado pelo Setor Social do Fórum Cível o valor de R\$ 450,00 de acordo com os termos do convênio. O valor estabelecido implica em menos de 50% do custo que a Universidade tem na compra dos produtos e na manutenção do instrumental utilizado.

Segundo a juíza da 15ª Vara Cível e diretora do Fórum Cível da Comarca da Capital Dahil Paraense, 845 processos de investigação de paternidade aguardam o exame de DNA.

O chefe do Laboratório de Genética explicou que o material colhido é misturado a outras substâncias químicas e extraído o DNA, que é tratado em 14 exames diferentes, razão da demora e do alto custo, no entanto a precisão do exame é de 99,99% de acerto.

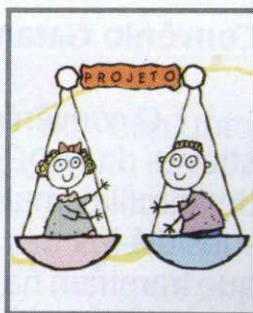






### Infância sem Risco

A prostituição infantil desvela a fragilidade das estruturas familiares, agride a sociedade, e expõe o Brasil no cenário internacional como negligente com as suas crianças.



Atento à gravidade dessa situação, o TJE do Pará implantou em Agosto de 2001 o Projeto Infância Sem Riscos mobilizando formas diversas de participação entre órgãos, entidades governamentais, não-governamentais e a sociedade civil, procurando efetivar na prática, os preceitos da doutrina sócio-jurídica de proteção integral infanto-juvenil assimilada pela Constituição Federal e regulamentada pelo Estatuto da Criança e do adolescente (ECA), Lei nº 8.069/90.

A expectativa do projeto é que o nível de competência das intuições em parceria, seja positivamente correlacionada ao atingimento de resultados estratégicos e portanto, promoveu a capacitação de recursos humanos através da divulgação das disposições legais contidas no ECA, afim de garantir a efetivação de direitos e deveres do público infanto-juvenil. Essa capacitação foi desenvolvida pela Juíza Ellen Christiane Bemerguy Peixoto, equipes técnicas do Juizado e Promotoria, presidente do Conselhor Tutelar de Santarém e pelas Faculdades Integradas do Tapajós (FIT).

O primeiro programa teve como objetivo central a diminuição dos índices de evasão e a inclusão escolar, garantido o direito à educação previsto no ECA. Há de se destacar que nesse processo é necessário o fundamental comprometimento das entidades educacionais do ensino formal, com vistas a desenvolver um permanente trabalho de sensibilização da comunidade escolar (educadores, técnicos e funcionários) junto aos alunos e famílias, com relação às situações de risco as quais o público infanto-juvenil estão expostos, onde inclui-se desde os maus tratos domésticos, abandono, até a prostituição infantil.



O índice de prostituição entre crianças e adolescentes de 10 a 18 anos nas ruas de Santarém, Município pólo da região do Tapajós, reduziu em 40% segundo dados do Conselho Tutelar local.

Foi constatado também que um grande número de adolescentes de Itaituba e de outros municípios próximos estavam irregulamente nas ruas de Santarém que foram recolhidos cadastrados e recambiados para a cidade de origem para serem entregues às suas famílias.

O transporte irregular de crianças e adolescentes em embarcações naquela rota foi evitado através de um trabalho preventivo feito em parceria com a Capitania dos Portos. Outro trabalho de orientação e fiscalização foi feito em bares, boates e congêneres.

Para garantir a fiscalização de infrações administrativas às normas de proteção a criança e ao adolescente foram treinados 15 servidores do Poder Judiciário que de forma voluntária, exerceram a função de agentes de proteção do juizado da infância e da juventude. Também houve a capacitação de Policiais Militares do 3º BPM, com cobertura às diligências efetuadas pelos agentes.

Pelo trabalho realizado, a Câmara Municipal de Santarém concedeu Moção de Congratulações e Moção de Louvor ao Projeto.





### Um ano sem o Desembargador Paulo Frota

“ O ideal de Justiça só será possível ser concretizado pelo operador social e do direito se a sociedade estiver convencida da importância do respeito aos direitos individuais e sociais.”



Em 15 de dezembro completou um ano do falecimento do Des. Paulo Frota e Silva e cerca de seiscentas pessoas entre magistrados, advogados, artistas e lideranças ligados à Igreja e movimentos populares, lotaram a Catedral da Sé para participar da missa de um ano de falecimento do Desembargador Paulo Frota.

O magistrado que se notabilizou em lutar pelos direitos dos excluídos, em especial de crianças e adolescentes, faleceu aos 52 anos vítima de câncer no estômago.

Religioso praticante, apreciador da arte e da música, no ato religioso o Desembargador foi reverenciado pelo amigo pessoal Padre José Gonçalo que celebrou a liturgia, pelo grupo Arautos do Evangelho, pelo cantor Nilson Chaves e ainda do tenor José Corrêa.

A cerimônia foi marcada pela emoção, com a apresentação de músicas que o Desembargador mais gostava, e os familiares de Paulo Frota se revezaram para a leitura do magistério.

Incansável defensor da justiça social com projeção nacional, Paulo Frota deixou um legado a ser seguido, e antes de morrer elaborou o Curso de Formação de Agentes da Cidadania, numa parceria entre o Judiciário e CNBB, bem como o Projeto Cidadania desde o Nascimento.



Idealista, Paulo Frota apostou em ações simples para o atendimento da população, mas que traduziram-se em grandes ganhos sociais, com resultados concretos. “Os verdadeiros pensamentos se concretizam em ações” dizia Paulo Frota.

Seu nome, projetado pelo trabalho que realizou ao longo de sua vida pública a favor dos direitos da infância e da juventude, explica o reconhecimento das instituições e sociedade civil pelas conquistas obtidas por meio de sua abnegada atuação na justiça.

Paulo Frota defendeu as responsabilidades das instituições ao preconizar que, “Estamos em uma corrida de bastão. É preciso passar o bastão adiante na hora certa, para podermos alcançar a vitória. Cada profissional deve fazer a sua parte e passar o bastão adiante. Não podemos aceitar que um queira fazer o papel do outro”

A essência de seu trabalho foi caracterizada pela determinação de que das dificuldades podemos tirar proveitosas lições para superá-las. “É preciso que pela decepção com que nos deparamos no cotidiano da luta pelo direito da criança e do adolescente, fiquemos desafiados a promover as mudanças necessárias. Quanto mais me decepciono, mais me sinto desafiado”

“ O Magistrado no exercício da função judicante tem um papel preponderante para a efetivação do ideal de justiça em prol da comunidade, motivo pelo qual é imperioso que ele seja estético e não estático”.





### Coordenação de Recursos Humanos

A proposta de Administração Compartilhada, aprovada pela Resolução 01/2001, que criou o Conselho de Administração - CONAD, órgão consultivo da Presidência, possibilitou alavancar ações no sentido de agilizar o processo decisório e dar suporte técnico ao implemento dos programas, afim de materializar as metas apresentadas pela Presidência durante o biênio de sua gestão.

Para tanto, a Coordenadoria de Recursos Humanos se empenhou junto com a Administração e o Planejamento, para diagnosticar as necessidades na gestão de pessoal, com o intuito de propor ações para atender as demandas decorrentes da realidade. Este trabalho resultou das visitas do CONAD aos Pólos das Regiões Judiciárias do Estado, onde os Juizes tiveram a oportunidade de expor a situação de cada Comarca e propor medidas para a melhoria da prestação jurisdicional.

Do levantamento efetuado nos encontros regionais, concluiu-se que os dados coletados precisavam ser analisados com critérios técnicos e metodologia apropriada para a elaboração das ações. Diante dessa situação foi firmado contrato com o "Centro de Seleção e Promoção de Eventos" da Univesidade de Brasília CESPE/UnB, com o objetivo de proceder o recadastramento dos servidores e magistrados.

As informações prestadas na coleta de dados, propiciou a avaliação das necessidades de investimento em recursos humanos, e em decorrência foi possível a realização de Concurso Público para seleção de Magistrados, Serventuários de Justiça e quadro próprio dos Juizados Especiais, concursos realizados em convênio com a CESPE/ Universidade de Brasília, instituição detentora de experiência no âmbito nacional, garantindo a



Os primeiros juizes substitutos nomeados conheceram o "Justiça na Praça"



lisura, isenção e segurança do processo seletivo. Foram disponibilizadas 60 vagas para juizes substitutos, 141 vagas para serventuários e 205 vagas para juizado especial.

### Juizes Substitutos Nomeados

#### 1ª Turma

CARLOS LUIZ WOLFF DE PINA  
ADRIAN DE LUCENA GALINDO  
LUCAS DO CARMO DE JESUS  
IVAN DELAQUIS PEREZ  
CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZ  
DEOMAR ALEXANDRE DE PINHO BARROSO  
CLÁUDIA MOREIRA FAVACHO  
ANDREA FERREIRA BISPO  
FÁBIO ARAÚJO MARÇAL  
EDILSON FURTADO VIEIRA  
CÉLIO PETRÔNIO D'ANUNCIACÃO  
CRISTINA COLLYER DAMÁSIO  
ALINE CORRÊA SOARES  
ALESSANDRO OZANAN  
JOSINEIDE GADELHA PAMPLONA  
LUIZ AUGUSTO MENNA BARRETO PEREIRA  
DÉBORA JANSEN CASTRO  
ARNALDO ALBUQUERQUE DA ROCHA  
BETÂNIA DE FIGUEIREDO PESSOA  
ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO  
CESAR AUGUSTO PUTY PAIVA RODRIGUES  
EDVALDO SALDANHA SOUZA  
LUCIANO MENDES SCALIZA  
DENISE LÉA SACRAMENTO AQUINO  
CLÁUDIO HERNANDES SILVA LIMA  
ALAN RODRIGO CAMPOS MEIRELES  
EDUARDO RODRIGUES M. FREIRE  
LEONARDO DE FARIAS DUARTE  
ELIANE RODRIGUES DIAS

HAROLDO SÉRGIO LIMA FERREIRA  
CÉSAR DIAS DE FRANÇA LINS  
ARTHUR TEIXEIRA DE CARVALHO NETO  
AUGUSTO BRUNO DE MORAES FAVACHO  
PAULO PEREIRA DA SILVA EVANGELISTA  
HELANO LANDIM DE ALBUQUERQUE  
SANDRO RAMOS CHERMONT  
ANTÔNIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY  
ANDRÉ LUIZ SANTOS BRITTO  
ROSA MARIA MOREIRA DA FONSECA  
GERALDO NEVES LEITE  
CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA  
COSME FERREIRA NETO  
FRANCO ZUZA NÓBREGA  
ELINE SALGADO VIEIRA  
GERSON MARRA GOMES  
JOSUÉ DE SOUSA LIMA JÚNIOR  
LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA MOREIRA  
MURILO LEMOS SIMÃO  
EDUARDO ANTÔNIO MARTINS TEIXEIRA  
LAURO ALEXANDRINO SANTOS  
SHÉRIDA KEILA PACHECO TEIXEIRA  
LÚCIO PAULO FERNANDES SOARES  
FREDISON CAPELINE

#### 2ª Turma

EDNA MARIA DE MOURA PALHA  
LUCIANA MACIEL RAMOS  
ANTÔNIO FRANCISCO GIL BARBOSA  
ADELINO ARRAIS GOMES DA SILVA  
LUCIANO LOPES NOGUEIRA RAMOS  
FÁBIO PENEZI PÓVOA  
JOÃO GILBERTO GONÇALVES FILHO





Por outro lado, cuidou-se de normalizar a concessão de descontos em consignação em Folha (Res. 019/01), e o disciplinamento sobre a avaliação do Estágio Probatório (Res. 011/02), e ainda o aumento do Quadro de Estagiários (Res. 07/2001).

Foi aprovada na Assembléia Legislativa Lei sobre Plano de Assistência e Saúde do Poder Judiciário (Lei 6484 de 18/09/2002), necessitando no entanto de regulamentação por meio de Resolução.

Merece destaque a reforma da Previdência Social aprovada pela Lei Complementar 39/02, que resultou no aumento da Folha de Pagamento, com a inclusão do benefício dos Pensionistas e ainda o aumento da Contribuição Patronal

Reconhecendo o importante papel do servidor para o eficaz desempenho de sua função institucional, a Divisão de Recursos Humanos, em parceria com os Setores de Serviço Social, Médico e Odontológico, alinhou propostas e realizou atividades preventivas, educativas e sócio-culturais abordando temas de interesse para a melhoria da qualidade de vida do servidor e familiares.

Nos treinamentos e atividades de áreas multidisciplinares, foram disponibilizadas ferramentas conceituais e intervenções personalizadas, que adaptadas ao cotidiano do servidor, visam a assistência qualitativa e o seu aperfeiçoamento profissional, e por conseguinte, a melhoria na prestação de serviços ao público.

Inspirado na matriz da cidadania que orientou as ações do TJE neste biênio, o gerenciamento de RH buscou imprimir agilidade na concessão de benefícios a que o servidor faz jus, tomando por indicador que da satisfação funcional resulta o comprometimento com a eficiência.

O Setor de administração pessoal modernizou sua estrutura organizativa de atuação, intercambiando informações com Consultorias e órgãos afins, o que reflete a política funcional dinâmica e atual.



### Demonstrativo de Cursos e Palestras oferecidos pelo TJE

#### Cursos realizados em parceria TJE / SEAD

- Mobilizando Equipes
- Noções Básicas de Direito Administrativo
- Oratória: A Arte de Falar em Público
- Redação Oficial e Gramática Aplicada
- Técnicas de Arquivos, Protocolo e Controle de Documentos
- Atualização da Legislação de Pessoal
- Gestão Estratégica de Recursos Humanos
- O Estresse e a Auto-Estima
- Relações Interpessoais no Trabalho

#### Cursos e Palestras

- Multiplicadores de Aprendizagem em Cursos e Treinamentos
- Mensuração do Retorno dos Investimentos em Treinamento e Desenvolvimento
- Despertando a Motivação no Local de Trabalho





## Escola Superior da Magistratura

À frente da Escola Superior da Magistratura a Desembargadora Sônia Maria de Macedo Parente no cargo de Diretora Geral, junto com sua equipe técnica, elegeu um programa de trabalho que buscou enfocar assuntos de interesse da magistratura, através da promoção de cursos e eventos, tais como:

- X Curso de Preparação à Carreira da Magistratura,
- Curso de Iniciação à Informática,
- Curso Básico de Internet,
- Curso de Formação de Conciliadores,
- Curso de Atualização em Direito Civil,
- Mini Curso sobre Elementos do Processo Administrativo,
- Palestra sobre Dano Moral e Sua Reparação,
- Curso sobre Gestão de Recursos da Informação,
- Curso sobre Tópicos Contemporâneos do Processo Civil,
- Ciclo de Palestras sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal,
- Ciclo de Palestras sobre Arbitragem,
- Curso de Atualização em Direito Processual Civil,
- Curso sobre Linguagem Oficial e Redação Forense,
- Ciclo de Palestras sobre Direito Sucessório no Projeto do Novo Código Civil,
- Ciclo de Palestras sobre Aspectos Relevantes do Júri,
- Ciclo de Palestras sobre Tópicos Atuais do Direito Administrativo,



## Escola Superior da Magistratura

- Ciclo de Palestras sobre Os Direitos da Criança e do Adolescente,
- Ciclo de Palestras sobre Lineamentos do Moderno Direito de Família,
- Ciclo de Palestras sobre Direito Ambiental,
- Curso de Atualização Gramatical voltada para a Redação Forense,
- Palestra sobre Atividade Legislativa do Poder Executivo. Comentários sobre a Emenda Constitucional 32/2001,
- Mini Cursos Prática de Sentença Penal, Prática de Sentença Civil
- Ciclo de Palestras sobre Reformas Pontuais do Código Penal e do Código de Processo Penal,
- Ciclo de Palestras sobre Contratos Bancários. Contratos de Leasing e Factoring,
- Ciclo de Palestras sobre Tópicos atuais do Direito Tributário,
- Curso de Capacitação em Direito Agrário,
- Ciclo de Palestras sobre Principais Tópicos do Direito Processual Penal
- Ciclo de Palestras sobre Responsabilidade Civil
- Seminário Jurídico Agrário
- XI Curso de Preparação à Carreira da Magistratura,
- Mini Cursos sobre Principais Tópicos do Direito de Família, Direito Agrário,
- Mini Curso sobre Principais Aspectos do Direito Processual Civil,
- Mini Curso sobre Principais Tópicos do Direito Sucessório,
- Mini Curso sobre Principais Aspectos do Direito Penal,



## Escola Superior da Magistratura

Mini Curso sobre Principais Aspectos do Direito Processual Penal,

Mini Curso sobre Principais Aspectos do Direito do Consumidor,

Mini Curso sobre Principais Alterações do Código de Processo Civil,

Mini Curso sobre Principais Aspectos da Teoria Geral do Direito Civil,

Mini Curso sobre Principais Aspectos do Direito Comercial,

Mini Curso sobre Principais Aspectos da Teoria Geral das Obrigações,

Mini Curso sobre Tópicos Atuais do Direito Administrativo,

Mini Curso sobre Temas Atuais do Direito Constitucional,

Mini Curso sobre Tópicos Atuais do Direito Ambiental,

Curso de Adequação para Juizes Substitutos

Treinamento para Servidores Concursados

Projeto de Interiorização

Seminário Jurídico  
Agrário em Marabá

Treinamentos de  
Informática com o  
Projeto SAP -

(Sistema de  
Automação de  
Processos).



## Coordenação de Orçamento e Finanças

O exercício da cidadania se materializa com a garantia do Estado em dispor de meios a quem necessita o acesso a Justiça. Neste sentido o Poder Judiciário do Estado procurou criar novas fontes de recursos, afim de viabilizar a prestação da tutela jurisdicional efetiva.

A Coordenação de Orçamento e Fundo de Reaparelhamento do Judiciário, elaborou projetos de modificação na Lei Complementar 021/94, que dispõe sobre a criação do referido Fundo, cujas alterações propostas visam aumentar a arrecadação da receita e alcançar com plenitude o preceito constitucional da autonomia administrativa-financeira.

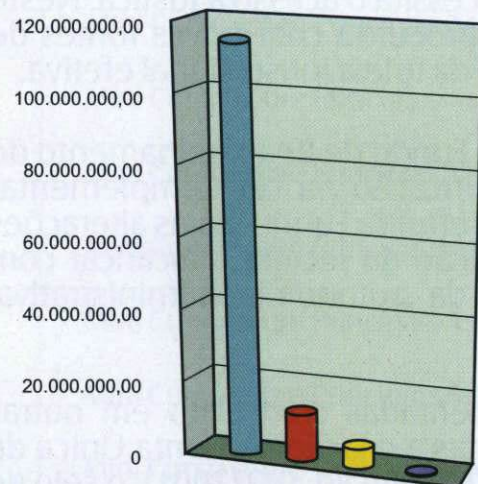
Inspirado em ações já implementadas com êxito em outras unidades da federação, foram propostas a criação da Conta Única de Depósitos sob a disposição da Justiça (Resolução 012/2001), o selo de Autenticidade de Documentos emitidos por Cartórios Extrajudiciais (Lei Complementar 038/2001), e a contribuição sobre os emolumentos dos atos praticados pelos serviços notariais e de registros (Lei Complementar 042/2002).

Por outro lado, visando possibilitar maior flexibilização na aplicação dos recursos, cuidou-se de se estender também as despesas correntes financiadas por estas fontes, antes restritas as despesas de capital.



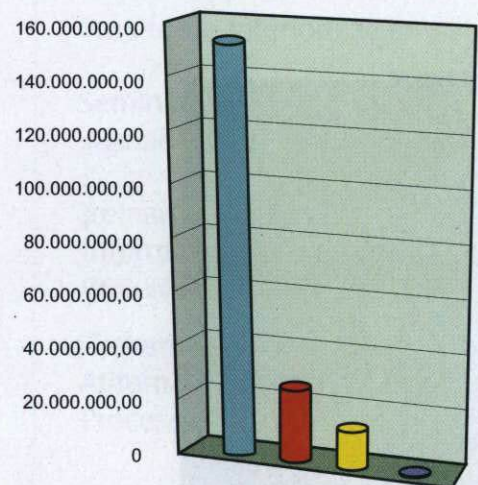


**Demonstrativo Financeiro 2001**



Pessoal e Encargos Sociais	111.925.798,05
Outras Despesas Correntes	10.965.868,92
Investimentos	4.660.320,19
Inversões Financeiras	20.000,00

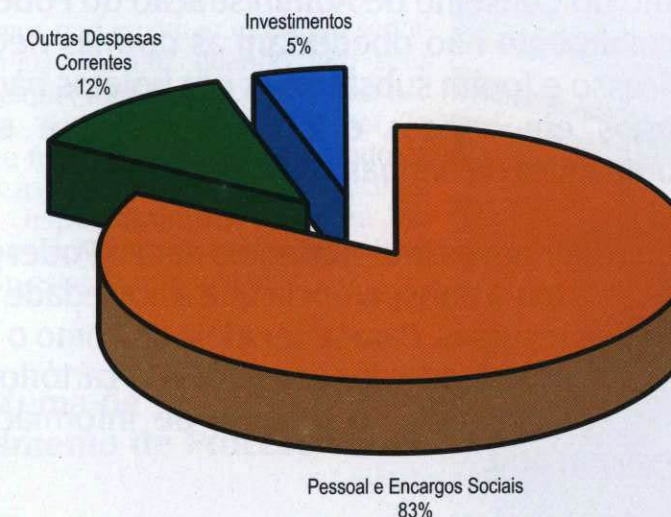
**Demonstrativo Financeiro 2002**



Pessoal e Encargos Sociais	151.287.769,00
Outras Despesas Correntes	21.746.970,00
Investimentos	9.667.370,00
Inversões Financeiras	220.000,00



**Despesas Efetivamente Realizadas - 2001 e 2002**



**Sistema de Arrecadação do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - FRJ**

Desenvolvido com o propósito de melhorar o controle e acompanhamento da receita oriunda dos cartórios judiciais, através da cobrança de custas processuais e ainda dos cartórios extra judiciais com a venda de selos de autenticidade e das contribuições sobre emolumentos, foi implantada a Unaj - Unidade de Arrecadação do Judiciário.

O novo sistema veio aferir maior controle no gerenciamento contábil do FRJ, identificando a entrada dos recursos e atribuindo exatidão aos valores processados, constituindo-se como importante mecanismo de captação de recursos à instituição.

Com investimento global de R\$ 700.000,00, o novo Sistema de Arrecadação apresenta atualmente excelentes resultados, pois, em apenas um mês de arrecadação após implantação nas comarcas de Belém e Ananindeua, arrecadou-se praticamente o mesmo total da arrecadação anterior, em todas as comarcas do Estado.



Segundo o Coordenador de Orçamento e Fundo de Reaparelhamento do Conselho de Administração do Poder Judiciário, as guias de recolhimento não obedeciam as normas necessárias ao controle do processo e foram substituídas por boletos bancários, que podem ser pagos em bancos e casas lotéricas e em seguida repassados à conta única do Banpará. .

Além de permitir novos investimentos para o Poder Judiciário, o novo sistema vai mostrar a transparência que a sociedade exige sobre a movimentação dos recursos. Para se ter idéia de como o TJE enfrenta dificuldades nessa área, metade dos cerca de 419 cartórios do Estado, durante o biênio, dificultaram o repasse de informação sobre o quanto arrecadam por ano.

### Projeto Conta Única de Depósitos Judiciais

Antes da implantação da conta única, havia enorme dificuldade de controle dos processos das contas de depósitos judiciais, dando margem para reclamações, imprecisões e fraudes. Muitas vezes, um só processo possuía várias contas e algumas até sem controle ou inativas há muito.

Com a colaboração com o BANPARÁ, que se dispôs a agregar todos os depósitos judiciais numa conta única, decidiu-se pela mudança. E, concluído o treinamento de usuários, o sistema foi implantado em Belém e já faz parte do dia-a-dia dos cartórios.

O treinamento ministrado pelo BANPARÁ, contou com a supervisão de técnicos de uma empresa de consultoria especializada, para estabelecer uma padronização de documentos, com a finalidade de obter melhor acompanhamento e controle dos depósitos judiciais.

Os ganhos são mensuráveis, uma vez que o projeto possibilita a interligação segura, via internet com a instituição financeira e ferramentas automatizadas de controle dos depósitos judiciais.



### Departamento de Informática

“ Sabemos que qualquer indivíduo sentir-se-á mais tranquilo e feliz quando tem seus anseios sob qualquer modalidade, atendidos. Isto é próprio da condição humana. Daí, a preocupação de nossa administração em adotar, dentro de nossas possibilidades orçamentárias, mecanismos, especialmente na área da informática que facilitem esse atendimento e propiciem o bem-estar da comunidade “.

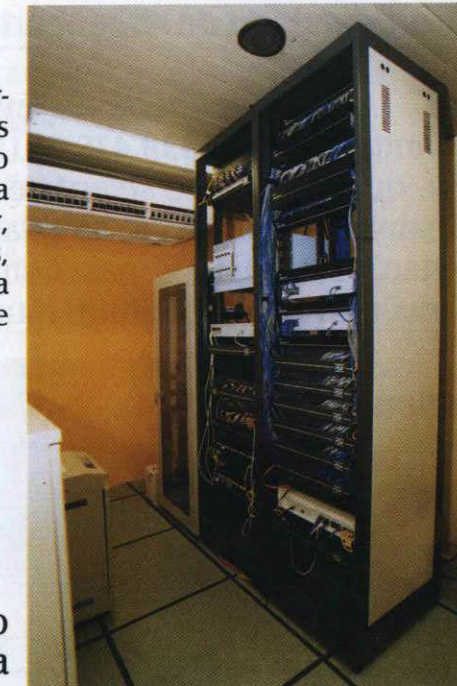
### SAP XXI- Sistema de Acompanhamento de Processos

Área estratégica do TJE, o Departamento de Informática desenvolveu o Projeto SAP XXI com objetivo de reestruturar tecnologicamente a informatização das Comarcas, padronizou o funcionamento dos serviços, integrando as informações dos Processos de 1º Grau .

Após estudos comparativos de viabilidade técnica e orçamentária, conclui-se que o Sistema de Acompanhamento de Processos aplicado com sucesso em Rondônia devidamente adaptado as necessidades do TJE do Pará, demonstrou funcionalidade a contento.

Ananindeua foi a primeira Comarca a inaugurar o novo sistema. Atualmente em fase de implantação nos Fóruns Cível e Criminal da Capital procedimento esse que abrigará todos os dados armazenados no sistema antigo.

Com investimento global na ordem de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), para implantação do SAP XXI foram treinados 520 funcionários, implementado em conjunto com a Escola Superior de Magistratura, e criados dois núcleos de suporte técnico efetivo nas respectivas Comarcas.







## Orcamento e Finanças

### Coordenadoria de Engenharia e Manutenção

A Coordenadoria de Engenharia e Manutenção administrou a quantia de R\$ 13.338.475,61 (Treze milhões, trezentos e trinta e oito mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e sessenta e um centavos) destinados a reformas, ampliações, construções e serviços isentos de licitação, efetuados nas Comarcas da capital e interior incluindo convênios com prefeituras municipais.

Foram realizadas obras em salas do prédio principal do TJE, Fóruns, residências oficiais e juizados das Comarcas do Interior.

Total Geral 2001 - 2002

Serviços Isentos de Licitação	R\$ 3.350.310,81
Obras Licitadas	R\$ 9.988.164,80
<b>Valor Total</b>	<b>R\$ 13.338.475,61</b>

#### Relação de Obras Licitadas e Convênios

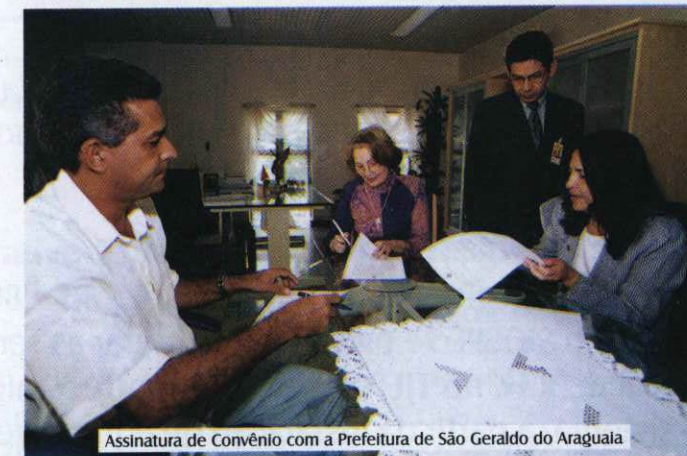
Município	Licitação	Valor Total (R\$)
Aurora do Pará	TP 015/01	192.182,83
Auditório	TP 013/01	242.043,20
Baião	TP 014/01	243.391,40
Belém - Creche	CNT 037/00	152.027,38
Belém - Serv. Med.	CNT 038/01	440.138,84
Barcarena	TP 020/01	382.357,55
Curuçá	TP 017/01	403.358,06
Icoaraci	CNT 040/99	125.673,66
Itaituba - Fórum	CNT 003/01	104.723,95
Marapanim	TP 016/01	196.721,26
Mocajuba	CNT 033/01	177.819,04
Muaná	CNT 038/00	105.999,55
Portel	TP 009/01	246.929,39
Santarém	CNT 013/00	1.456.888,70
<b>Sub Total Obras Licitadas 2001</b>		<b>R\$ 4.470.254,81</b>



## Orcamento e Finanças

### Convênios Efetuados 2001

Município	Licitação	Valor Total (R\$)
Santarém Novo	CONV 04/00	71.624,21 (Pref.) 97.573,39 (TJE)
Santa Luzia do Pará	CONV 05/01	69.592,35 (Pref.) 170.381,27 (TJE)
São Geraldo do Araguaia	CONV 04/01	80.045,56 (Pref.) 125.875,40 (TJE)
<b>Sub Total TJE Convênios 2001</b>		<b>R\$ 393.830,06</b>



Assinatura de Convênio com a Prefeitura de São Geraldo do Araguaia

### Relação de Obras Licitadas e Convênios 2002

Município	Licitação	Valor Total (R\$)
Arquivo TJE	CNT 048/02	127.227,49
CAP	CNT 044/02	539.412,39
Dep. Informática	CNT 052/02	95.986,65
Fórum Cível s/ anexo	CC 010/02	147.214,80
Fórum Cível c/ anexo	TP 012/02	484.875,95
Itaituba Juizado	CC 02/02	147.841,77
Juizado do Jurunas	CC 023/02	173.831,11
Juizado do Marco	CC 024/02	60.332,99
Marabá	CNT 036/02	1.627.623,27
Medicilândia	TP 021/01	436.056,66
Ouvidoria Agrária - 8v	CNT 053/02	187.600,38
Uruará	TP 019/01	584.223,06
<b>Sub Total Obras Licitadas 2002</b>		<b>R\$ 4.612.226,42</b>



## Orçamento e Finanças

### Convênios Efetuados 2002

Município	Licitação	Valor Total (R\$)
Jacareacanga	CONV 02/02	64.999,08 (Pref.) 259.996,32 (TJE)
Juruti	CONV 06/02	153.441,65 (Pref.) 153.441,65 (TJE)
Rurópolis	CONV 01/02	10.935,06 (Pref.) 98.415,54 (TJE)
Sub Total do TJE Convênios 2002		R\$ 511.853,51

Total Geral Obras Licitadas 2001 - 2002 R\$ 9.988.164,80

### Projeto SIGESPE-Sistema de Gestão Pessoal

Com investimento global da ordem de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), o SIGESPE se propôs reestruturar as ferramentas de apoio à Gerência de R.H. no TJE/PA, dando suporte à migração de dados do antigo sistema, a partir da instalação de equipamentos para o Departamento de Recursos Humanos e Serviço de Magistrados.

Após a avaliação que o sistema atual se ressentia de uma ferramenta mais moderna e integrada para o desempenho da alta gestão de pessoal, foi firmado convênio com a Fundação CESPE na Universidade de Brasília, que culminarão com a consecução dos objetivos delineados, tendo a implantação programada para iniciar em Janeiro de 2003.



## Movimento Processual

### Demonstrativo Estatístico da Presidência do TJE

	2001		2002	
	Recebidos	Despachados	Recebidos	Despachados
Recurso Extraordinário	218	207	242	222
Agravo de Instrumento	173	243	224	150
Carta de Sentença	18	09	21	18
Precat. Requisatório	47	28	64	31
Suspensão de M.S.	80	86	50	48
Agravo Regimental	26	18	12	06

	2001	2002
Processos Adm. Diversos - Despachos Decisórios	292	425

### Demonstrativo Estatístico da Vice-Presidência do TJE

	Recursos Especiais	Recursos Ordinários H. Corpus	Recursos Ordinários M. Segurança	Agravos de Instrumento Despachos Denegatórios de Recurso Especial
<b>Total de Recursos</b>				
Interpostos 2001	94	15	09	108
2002	145	15	16	150
<b>Despachos Proferidos</b>				
2001	230	01	27	186
2002	261	01	48	132
<b>Remetidos ao STJ</b>				
2001	16	15	09	97
2002	10	15	16	110
<b>Retorno do STJ</b>				
2001	12	04	05	31
2002	09	04	14	44

### Plantão

A Resolução nº 001/2002 instituiu o Plantão do TJE que funciona nos finais de semana e feriados, implementado em Dezembro de 2002 encaminhando processos de Habeas-Corpus, Alvará de Soltura e Salvo Conduto.



## Movimento Processual

### Secretaria Geral

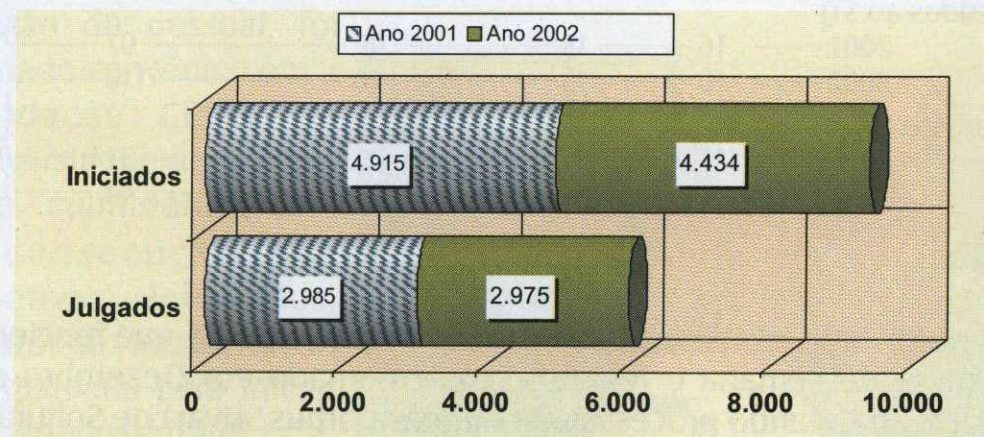
#### Conselho de Magistratura

Sessões realizadas

#### Órgão Especial de Julgamento

	2001	2002
Mandado de Segurança	46	56
Embargos de Declaração	16	17
Ação Direta de Inconstitucionalidade	08	04
Agravo Inominado	01	
Exceção de Suspeição	01	02
Agravos Regimentais	23	11
Conflito de Competência Cível	28	04
Conflito de Competência Penal	01	09
Correição Parcial	01	02
Queixa Crime	02	01
Ação Penal	15	

### Órgãos de Julgamento - Justiça do 2º Grau



FONTE: DIVISÃO DE BANCO DE DADOS  
CAPTAÇÃO DOS DADOS ATÉ 23 DE DEZEMBRO DE 2002



## Movimento Processual

### Ações Cíveis Recebidas e Julgadas na Comarca da Capital

#### - Justiça do 1º Grau



FONTE: DIVISÃO DE BANCO DE DADOS  
CAPTAÇÃO DOS DADOS ATÉ OUTUBRO DE 2002

### Ações Penais Recebidas e Julgadas na Comarca da Capital

#### - Justiça de 1º Grau

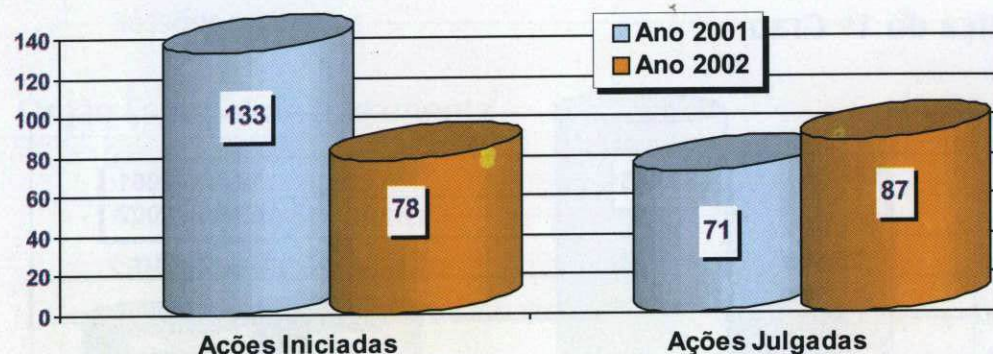


FONTE: DIVISÃO DE BANCO DE DADOS  
CAPTAÇÃO DOS DADOS ATÉ SETEMBRO DE 2002



## Movimento Processual

### Ações Penais Recebidas e Julgadas pela Justiça Militar



FORNTE: DIVISÃO DE BANCO DE DADOS  
CAPTAÇÃO DOS DADOS ATÉ NOVEMBRO DE 2002

### Vara de Execuções Penais - VEP

Diante da complexidade e da necessidade de se cumprir os preceitos emanados pela Lei de Execução Penal, procurou-se expandir a estrutura de trabalho existente, dotando a Vara de infra-estrutura, capaz de alcançar os objetivos perseguidos, e em uma ação conjunta de todos os Setores, foi possível dinamizar a atividade executória, atingindo os fins precípuos de aplicação da pena, e sobretudo garantindo uma melhor prestação jurisdicional. A Vara de Execuções apresenta-se da seguinte forma:

O serviço de **Protocolo** foi implantado na VEP, observando a necessidade de maior agilidade no recebimento e andamento de centenas de pedidos diários endereçados ao cartório da Vara de Execuções e Central de Penas Alternativas, referentes à vida processual dos apenados.

Anteriormente os pedidos chegavam à Vara via Secretaria do Fórum Criminal, o que geralmente ocasionava atrasos na concessão de benefícios, inviabilizando o atendimento imediato (no caso de extinção de punibilidade pelo cumprimento da pena) ou o andamento



## Movimento Processual

dos pedidos, posto que todos tem prioridade por tratar-se 90 % de réu preso.

O **Cartório de Execução das Penas Privativas de Liberdade**, é responsável pela tramitação de todos os processos concernentes as Penas Privativas de Liberdade, nos três regimes: fechado, semi-aberto e aberto, bem como, o Livramento Condicional e da Prisão Domiciliar, de todo o Estado.

Criado através da Resolução n.º 026/98, o **Setor de Fiscalização de Benefícios e Desenvolvimento Social (SEFIS)** surgiu da necessidade de atender a todos os sentenciados, desde o ingresso na Vara de Execuções, para cumprimento de pena em regime de privação de liberdade, visando através da integração entre o referido setor e o apenado, a completa estabilização da reinserção do preso ao convívio social e familiar, fiscalizando o processo de ressocialização no âmbito da VEP, e em ambiente externo, tais como, carceragens; locais de trabalho do sentenciado; visitas domiciliares; instituições de ensino em que pretendam estudar, além de proceder estudo para viabilização de benefícios previstos na LEP, acompanha os submetidos a medida de segurança. Procura-se trabalhar o sentenciado que está prestes a receber benefícios, cumprir pena, para que se conscientize de que necessita resgatar sua dignidade e cidadania para o retorno harmonioso à sociedade, da qual está temporariamente afastado.

A equipe do SEFIS é multidisciplinar formada por: 01 Bacharel em Direito; 02 Assistentes Sociais; 01 Pedagoga; 01 Psicólogo; 01 Sociólogo (vago) e 01 Estagiária de Serviço Social.





### Demonstrativo de Atividades do SEFIS Anual -2002

Atendimento a Familiares	450
N.º de pessoas ouvidas	450
Atendimento Psicossocial	708
Regime Fechado	503
Regime Semi-aberto	125
Regime Aberto	080
Avaliação Psicossocial	075
Relatório Informativo	030
Coleta de Dados ( Processos Examinados)	708
Fechado	503
Semi-aberto	125
Aberto	080
Esclarecimento Jurídico-Processual	650
Através de Entrevista	650
Através de Ofício	650
Ofícios Expedidos	190
Comunicação ao Juízo	090
Ofícios recebidos	080
Termo de Declaração Prestado por Apenado	200
Visita Domiciliar	140
Visita(s) à SUSIPE ou às Casas Penais	034

### Controle de Acompanhamento de Livramento Condicional

Controle de Frequência	4918
Controle de Frequência ( Prisão Domiciliar)	072
Termo de Declaração ( Término de Pena)	080
Termo de Declaração Prestado por Liberado	195
Termo de Parcelamento de Multa	200
Processos Examinados	383



### Central de Penas e Medidas Alternativas

Criada através da Resolução nº 009/98, a Central de Penas e Medidas Alternativas atua na estruturação da Vara de Execuções Penais do Estado do Pará na aplicação e fiscalização de medidas de reintegração, reeducação social e penas alternativas, assim distribuída:

#### Cartório da Central de Penas e Medidas Alternativas

Anteriormente, suas atribuições eram exercidas pelo cartório da execução das penas privativas de liberdade, sendo que não atingia os fins a que se destinava, como o de fazer cumprir as sentenças condenatórias condizentes às penas restritivas de direitos.

#### Projeto "Penas e Medidas Alternativas 2002/2003"

A Central de Penas e Medidas Alternativa TJE/PA, Convênio assinado entre o Ministério da Justiça e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará em julho de 2002, com meta estabelecida de 200 atendimentos mensais.

Em razão do número elevado de beneficiados com penas e medidas alternativas, a Assembléia Legislativa do Estado apresentou um projeto de lei, que foi aprovado e transformado em Lei, a qual criou a Vara Especializada de Penas e Medidas Alternativas, ao lado da Vara de Execuções Penais, no Largo da Trindade.

#### Setor Psicossocial da Central de Penas Alternativas

Tem a precípua função de assistir aos sentenciados em penas restritivas de direitos, tais como: a prestação pecuniária; perda de bens e valores; prestação de serviço a comunidade ou entidades públicas; interdição temporária de direitos e limitação de fim de semana. Realizando o estudo social com o propósito de identificar as



## Movimento Processual

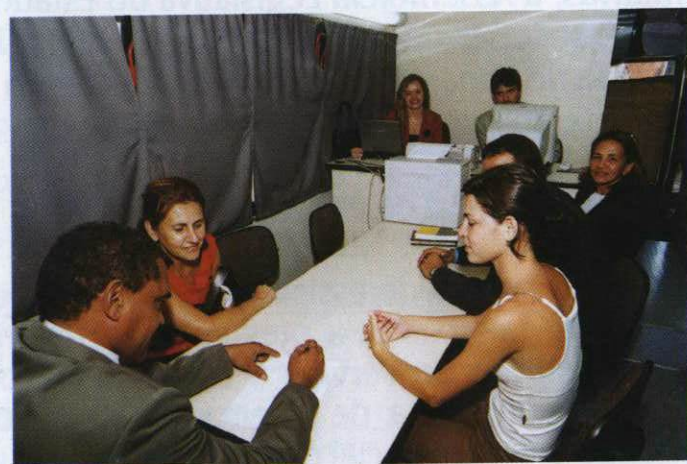
aptidões dos sentenciados, para encaminhamento às instituições conveniadas os que devam cumprir prestação de serviços à comunidade, fiscalizando o seu cumprimento, assim como as condições impostas pelo Sursis e, na suspensão condicional do processo e transação penal, prevista na lei n.º 9.099/95.

### Setor de Recebimento, Armazenamento e Entrega de Cestas Básicas

Este Setor é responsável pelo controle dos produtos advindos das prestações pecuniárias. Realiza o recebimento e controle das cestas básicas e da distribuição às entidades filantrópicas e assistenciais. Funciona com funcionários contratados pelo Ministério da Justiça para o Projeto Penas Alternativas.

### Núcleos de Penas e Medidas Alternativas

Em virtude da grande demanda de pessoas que cumprem penas alternativas junto a CEPA da Capital, residirem na região da grande Belém, na Comarca de Ananindeua, em parceria com o Ministério da Justiça, foi instalado o Núcleo de Penas Alternativas no Prédio do Ministério Público daquela Comarca, e está ligado a Central de Belém, responsável pela análise, fiscalização e acompanhamento das referidas modalidades penais.



## Movimento Processual

### Demonstrativo de Resultado da Central de Penas e Medidas Alternativas

#### SETOR PSICOSSOCIAL

Número de beneficiários de Penas e Medidas Alternativas	657
Número de vagas existentes	527
Número de Entidades cadastradas	83
Número de casos concluídos	62
Número de casos em andamento	479
Número de casos revogados	08
Boletim estatístico de entrega de cestas básicas	280
Atendimento ao apenado	1276
Visita familiar	144
Visitas Institucionais	348
Avaliação psicossocial	160
Encaminhamento as Instituições	142

#### CARTÓRIO DA CENTRAL DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

##### EXECUÇÕES PENAIS

Execução de Prestação de Serviço a Comunidade	453
Execução de limitação de fim de semana	38
Execução de interdição temporária de Direito	46
Execução de SURSIS	354
Execução de Prestação Pecuniária	273
Execução de Pena de Multa	

261

##### CARTA PRECATÓRIA

Recebida	10
Redistribuída	0
Expedida	33
Devolvida	

13

##### DESPACHOS

De expediente	982
Interlocutórios	

297

##### MANDADOS DE INTIMAÇÃO

Cumpridos	981
-----------	-----



### Inspeções e Visitas Carcerárias / Mutirão

Visando cumprir os preceitos emanados na Lei de Execução Penal, foram realizadas inspeções periódicas e visitas nos Estabelecimentos Penais do Estado, verificando a situação de custódia de cada um, visando amenizar a problemática carcerária com constatação "in loco", das reais necessidades e deficiência vivenciadas.

O Mutirão da Execução Penal, ocorreu duas vezes a cada ano percorrendo todas as Casas Penais do Estado, realizando um trabalho conjunto do juízo da Execução, com o Ministério Público, Conselho Penitenciário, Superintendência do Sistema Penal.

A importância do referido trabalho, evidencia-se pela produtividade alcançada, onde em um só dia são apreciados diversos benefícios além de fiscalizar as condições de custódia em que se encontram os internos, bem como descrever as atividades laborativas existentes nas Casas Penais.

As avaliações nos Centros de Recuperação, são de relevante importância na apreciação de benefícios. Evidenciamos a satisfação que os sentenciados quando a justiça adentra os pavilhões das Casas Penais, visitando as celas, nota-se a confiabilidade maior na justiça ao constatarem que não estão esquecidos.

Durante o período de mutirão se teve a oportunidade de visitar às Casas Penais da capital e do interior, as quais são: Colônia Agrícola Heleno Fragozo, Centro de Rec. de Americano CRA- I e CRA-II, Centro de Rec. Feminino, Centro de Rec. do Coqueiro, Presídio Estadual Metropolitano, Centro de Rec. de Ananindeua/APAC, Casa do Albergado, Centro de Rec. de Castanhal, Centro de Rec. de Altamira, Centro de Rec. de Paragominas, Centro de Rec. de Bragança, Centro de Rec. de Tucuruí, Centro de Rec. Mosqueiro, Centro de Rec. de Marabá, Centro de Santarém. Da inspeção obteve-se informações das condições de custódia e materiais oferecidas pelas Casas Penais do Estado do Pará.



### Juizado Especial da Infância e da Juventude - Capital

#### Dados Quantitativos da 3ª Vara -

AÇÕES	2001					
	Iniciadas	Julgadas	Arquivadas	Emendadas no TJE	Devolvidas P/ TJE	Paralisadas
INFÂNCIA E JUVENTUDE						
Sit. de Risco	500	492	492	-	-	-
Guarda	344	208	191	-	-	35
Tutela	34	37	30	-	-	08
Outras	32	04	06	-	-	02
Adoção	97	62	62	-	-	14
Autorização Judicial	214	150	173	-	-	-
Cautelar	01	-	-	01	-	-
Representação	01	01	01	-	-	-
Alvará	19	05	13	-	-	-
Busca / Apreensão	06	02	02	-	-	-
OUTROS FEITOS						
Atos Infracionais	107	08	05	01	-	02
Inscrição para Adoção	32	20	12	-	-	01
Dest. Pátrio Poder	09	05	-	-	-	-
Rev. de Guarda	04	04	02	-	-	-
Reg. Guarda	01	-	-	-	-	-
Susp. Pátrio Poder	01	-	-	-	-	-
Mod. Guarda	01	-	-	-	-	-
Dissolução de Adoção	-	01	01	-	-	-

AÇÕES	2002					
	Iniciadas	Julgadas	Arquivadas	Emendadas no TJE	Devolvidas P/ TJE	Paralisadas
INFÂNCIA E JUVENTUDE						
Sit. de Risco	173	170	190	-	-	-
Cautelar	06	-	-	-	-	01
Adoção	111	41	39	-	-	07
Guarda	330	174	185	02	-	25
Autorização Judicial	220	183	206	-	-	-
Outras	31	03	11	-	-	01
Alvará	15	04	07	-	-	-
Inscrição p/Adoção	28	13	70	-	-	01
Representação	03	-	-	-	-	-
Tutela	22	17	15	-	-	03
OUTROS FEITOS						
Rev. Guarda	02	02	-	-	-	-
Atos Infracionais	19	02	03	-	02	02
Dest. Pátrio Poder	07	04	02	-	-	-
Suspensão Pátrio Poder	03	-	-	-	-	-
Busca/Apreensão	14	02	02	-	-	-
Mod. Guarda	01	-	-	-	-	-
Reg. Guarda	01	-	-	-	-	-
Dissolução de Adoção	-	-	01	-	-	-
Suprimento de Reg. Nasc.	-	-	02	-	-	-



## Movimento Processual

### Juizados da Infância e Juventude da Capital

#### Demonstrativo de Atividades - 24ª Vara Cível

2001									
CARTÓRIO DE CONHECIMENTO					CARTÓRIO DE EXECUÇÃO				
meses	Sentença	D. Int.	D.M.Ex	total	meses	Sentença	D. Int.	D.M.Ex	total
Jan	06	09	84	99	Jan	02	38	36	76
Fev	07	07	75	89	Fev	02	51	63	116
Mar	19		159	178	Mar	08	59	100	167
Abr	12	01	135	148	Abr	15	108	90	213
Ma	14	143		157	Ma	09	138	105	252
Jun(*)					Jun	10	79	136	225
Jul(*)	03	01	02	06	Jul	23	107	139	269
Ago(*)					Ago	22	89	194	305
Set	03	01	107	111	Set	43	80	225	348
Out	16	01	83	100	Out	08	91	116	215
Nov	13	03	86	102	Nov	37	176	220	433
Dez	11	01	84	96	Dez	10	108	71	189
<b>Total</b>	<b>104</b>	<b>167</b>	<b>815</b>	<b>1.086</b>	<b>Total</b>	<b>189</b>	<b>1.124</b>	<b>1.495</b>	<b>2.808</b>

(\*) Juiz titular em tratamento de saúde. Dados fornecidos pelo Juiz substituto.

2002									
CARTÓRIO DE CONHECIMENTO					CARTÓRIO DE EXECUÇÃO				
meses	Sentença	D. Int.	D.M.Ex	total	meses	Sentença	D. Int.	D.M.Exp	total
Jan	FÉRIAS DA TITULAR				Jan	FÉRIAS DA TITULAR			
Fev	16		133	149	Fev	13	50	141	204
Mar	20	02	127	149	Mar	15	151	158	324
Abr	25	03	127	155	Abr	16	152	287	455
Ma	42		202	244	Ma	02	205	170	377
Jun	72		152	224	Jun	19	159	317	495
Jul	06		34	40	Jul	01	38	76	125
Ago	34	03	119	156	Ago	32	139	289	460
Set	26	01	105	132	Set	24	177	132	333
Out	30	07	86	123	Out	18	174	320	512
Nov	27	01	53	81	Nov	18	202	332	552
Dez	13	01	53	67	Dez	24	199	269	492
<b>Total</b>	<b>311</b>	<b>18</b>	<b>1191</b>	<b>1.520</b>	<b>Total</b>	<b>182</b>	<b>1.646</b>	<b>2.491</b>	<b>4.319</b>

TOTAL NO BIÊNIO - CIAA			
ANO	SENTENÇAS	DESPACHOS	TOTAL GERAL
2001/2002	549	1.761	2.310

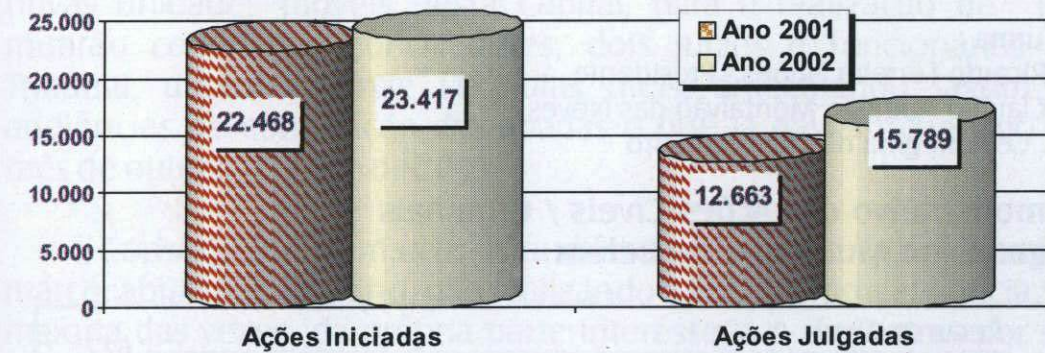
TOTAL NO BIÊNIO/JUIZADO									
CARTÓRIO DE CONHECIMENTO					CARTÓRIO DE EXECUÇÃO				
Ano/ato	Sentença	D. Int.	D.M.Exp.	Total	Ano/ato	Sentença	D. Int.	D.M.Exp.	Total
2001/2002	415	185	2.006	2.606	2001/2002	371	2770	3986	7.127



## Movimento Processual

### Ações Cíveis Recebidas e Julgadas - Comarcas do Interior

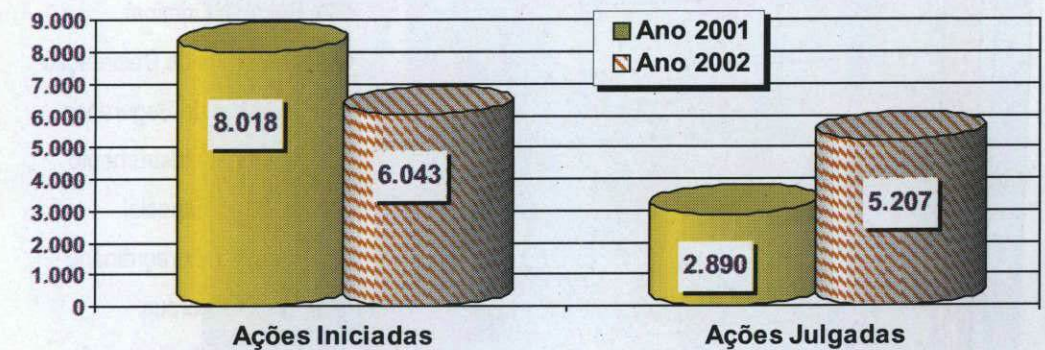
#### - Justiça do 1º Grau



FONTE: DIVISÃO DE BANCO DE DADOS  
CAPTAÇÃO DOS DADOS ATÉ SETEMBRO DE 2002

### Ações Penais Recebidas e Julgadas - Comarcas do Interior

#### - Justiça do 1º Grau



FONTE: DIVISÃO DE BANCO DE DADOS  
CAPTAÇÃO DOS DADOS ATÉ SETEMBRO DE 2002





## Movimento Processual

### Juizados Especiais / Turmas Recursais

#### 1ª Turma:

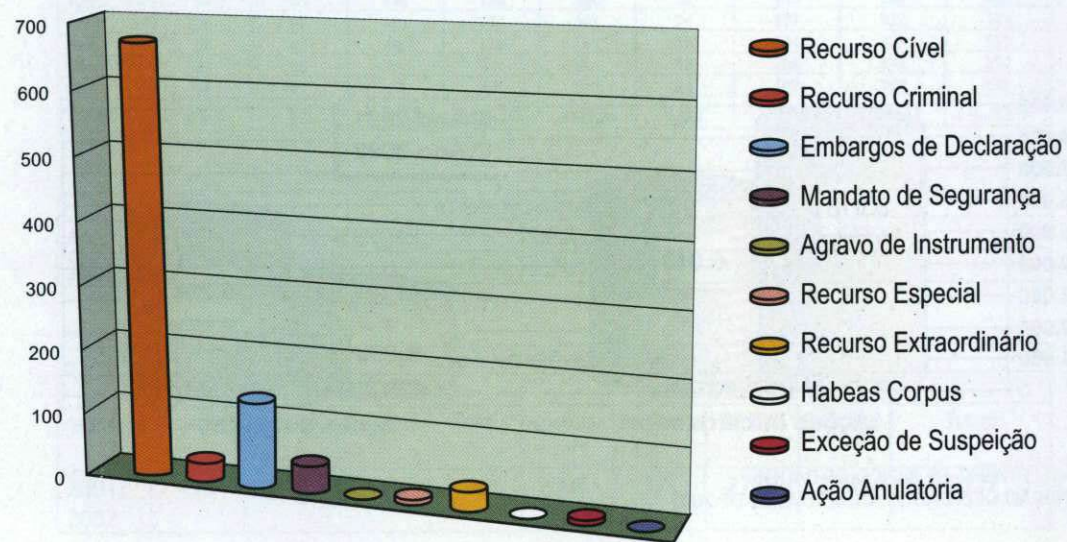
Dr. Leonardo de Noronha Tavares - Presidente  
Dr. Raimundo Holanda Reis  
Dra. Dahil Paraense de Souza

#### 2ª Turma

Dr. Ricardo Ferreira Nunes - Presidente  
Dr. Cláudio Augusto Montalvão das Neves  
Dra. Célia Regina de Lima Pinheiro

### Demonstrativo das Ações Cíveis / Criminais Julgadas no Município de Belém

Recurso Cível	672
Recurso Criminal	29
Embargos de Declaração	132
Mandado de Segurança	41
Agravo de Instrumento	03
Recurso Especial	06
Recurso Extraordinário	28
Habeas Corpus	02
Exceção de Suspeição	05
Ação Anulatória	00



## Movimento Processual

### Mutirão no Juizado do Consumidor

Procurando dar uma resposta mais efetiva aos jurisdicionados que buscam no Juizado do Consumidor a solução dos litígios referentes às suas relações de consumo, foram implementadas duas novas unidades móveis nesta Capital, para a realização de um mutirão com cinco conciliadores, dois Juízes e funcionários do Tribunal, durante quinze (15) dias úteis, antecipando, assim as audiências de conciliação designadas e que já haviam chegado ao mês de outubro do ano de 2003.

Conseguiu-se remarcar as audiências dos meses de fevereiro, março, abril, maio e junho, não realizando todas devido a ausência, na maioria das vezes, da própria parte interessada e em outras por ser constituída a parte reclamada de empresa sediada fora desta Comarca.

O grande destaque foi a produtividade do evento, pois ao término de uma quinzena de trabalhos foram realizadas 164 audiências, com 78 acordos homologados e 86 sentenças proferidas após a audiência de instrução e julgamento.





### Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Capital.

São dezoito os Juizados da Capital, divididos em Cíveis e Criminais, estando localizados nos Distritos de Icoaraci e Mosqueiro e em vários bairros de Belém, no centro e na periferia. A divisão jurisdicional dos juizados é determinada por bairro, em cumprimento ao que determina a Resolução do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de 04.12.96.

Os Juizados Especiais mantiveram a estrutura de funcionamento e composição, em respeito ao que estabelecem as Leis Estaduais e Resoluções ainda em vigor.

Ainda neste mês de janeiro o Juizado do Consumidor passará a funcionar na rua Presidente Pernambuco, em local com maior espaço e melhores condições de trabalho, transferindo-se das dependências da Secretaria Executiva de Justiça, no Comércio.

Com as obras em fase de conclusão, o Juizado Especial Cível da Cidade Velha, que funciona no bairro do Marco, será transferido para o bairro do Jurunas, com sede na Av. Roberto Camelier, adequando-se aos termos da Resolução citada, na abrangência de atuação do Juizado.

Nesse mesmo prédio estarão sendo inauguradas mais duas Unidades, uma Cível para o Consumidor, a fim de desafogar o já existente, e uma Criminal, por serem bem poucos os Juizados Especiais Criminais existentes em Belém.

### Localização dos Juizados Especiais, Cíveis e Criminais na Capital

Juizado Acidentes de Veículos Pretor Geraldo Cunha da Luz Pretora Eliana Pacheco de Oliveira	Av. 25 de Setembro, 1366 Marco - Fone: 246-4000
--	--



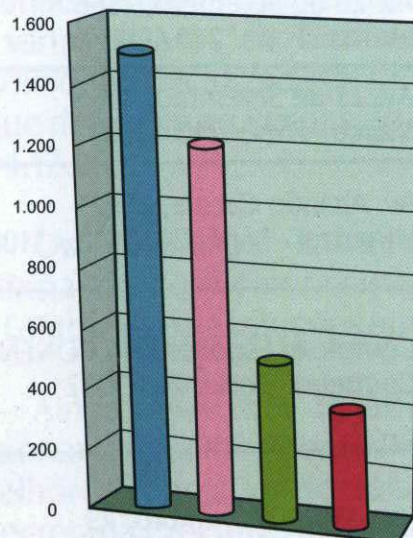
Juizado Especial Cível Central I Juíza Andrea Lopes Miralha	Av. 25 de Setembro, 1366 Marco - Fone: 246-4000
Juizado Especial Cível Central II Juiz Raimundo Holanda Reis	Av. 25 de Setembro, 1366 Marco - Fone: 246-4000
Juizado Especial Cível da C. Velha Pretora Miriam Pinho Pereira	Av. 25 de Setembro, 1366 Marco - Fone: 246-4000
Juizado Especial Cível da Unama Juíza: Nadja Nara Cobra Meda Juíza: Rosi Maria Gomes de Farias	Av. Alcindo Cacela, 2887 Umarizal - Fone: 210-3110 / 3108
Juizado Especial Cível e Criminal da Cidade Nova VIII Cível: Juíza Rosileide M <sup>a</sup> de Cunha Barros Criminal: Pretora Eleonora Pereira Tavares	Complexo Esportivo do CONEN Coqueiro - Fone: 263-5032
Juizado Especial Cível e Criminal de Mosqueiro * Cível e Criminal: Juiz José Orlando de Paula Arrifano	Rua XV de Novembro, 23 Fone: 3771-2514
Juizado Especial Cível do Consumidor Juíza Gleide Pereira de Moura	Rua 28 de Setembro, 339 Comércio - Fone: 230-3136
Juizado Especial Cível e Criminal de Icoaraci Cível: Juíza Vera Araújo de Souza Criminal: Juíza M <sup>a</sup> de Nazaré Saavedra Guimarães	Rua Manoel Barata, 864 Icoaraci - Fone: 247-1388
Juizado Especial Cível e Criminal da OAB Cível: Juíza Reijjane Ferreira de Oliveira Criminal: Pretora Inácia de Nazaré Frias	Rua Gama Abreu, 1225 Fone: 241-5871
Juizado Especial Cível e Criminal do PAAR Cível: Juíza Diracy Nunes Alves Criminal: Juíza M <sup>a</sup> Filonema Buarque Camacho	Av. Solimões, Quadra 57, Conj. PAAR- Ananindeua

\* Instalado no biênio Fev. 2001 a Jan. 2003



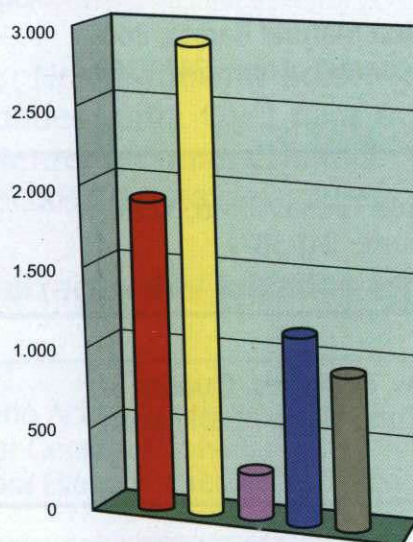
## Movimento Processual

### Juizado Especial Cível da Capital



Iniciados	11.620
Audiências Preliminares	14.481
Audiências Inst. Julgamento	3.338
Sentenciados	4.235

### Juizado Especial do Consumidor da Capital



Iniciados	1.872
Audiências realizadas	2.844
Acordos homologados	293
Sentenciados	1.160
Arquivados	862



## Movimento Processual

### Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Interior.

Estão instalados, atualmente no Interior do Estado quarenta e nove Unidades entre Cíveis e Criminais.

No início do biênio estavam em funcionamento trinta e quatro unidades, sendo que duas (Barcarena) tiveram suas atividades suspensas, em função do espaço físico não ser condizente ao desempenho das atribuições.

Representando um aumento percentual de 53% (cinquenta e três), foram instalados nessa gestão, dezessete Juizados no Interior, quantificando um total geral de 49 (quarenta e nove) Unidades no Estado.



### Localização dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Interior

Juizado Especial de Altamira Cível: Juíza. Danielle de Cássia Silveira Burhrnhim Criminal: Juíza Patrícia de Oliveira Sá Moreira	Av. Brig. Eduardo Gomes, 1651 - São Sebastião Fone: 0xx9 3515.2637
Juizado Especial de Abaetetuba * Cível: Juiz Álvaro José Norat de Vasconcelos Criminal: Juiz João Augusto de Oliveira Júnior	Av. D. Pedro II, 1177 Centro Fone: 0xx91 751 1296
Juizado Especial de Ananindeua Cível: Juíza Margui Gaspar Bittencourt Criminal: Juiz Jorge Luis Lisboa Sanches	Rod. BR 316, Km 08 Centro Fone: 0xx91 255-1616 Rod. Br 316, Km 05 Pass. Oséas Silva, Casa 5.



## Movimento Processual

Juizado Especial de Bragança Cível e Criminal: Juiz Luiz Ernane Malato	Av. Nazareno Ferreira, S/N Centro - Fone: 753-1155
Juizado Especial Cível e Criminal de Breves * Cível e Criminal: Rubilene Silva Bahia	Av. Rio Branco 432 Centro - Fone: 0xx91 3783-1370
Juizado Especial de Capanema Cível: Juiz Raimundo Moisés Alves Flexa Criminal: Juíza Rosa Rodrigues Monteiro	Av. Barão de Capanema, 1011 Centro - Fone: 0xx91 462-1044
Juizado Especial de Capitão Poço Cível e Criminal: Juiz Sérgio Ricardo Costa	Av. 29 de dezembro, 1746 Centro - Fone: 0xx 91 468-1137
Juizado Especial de Castanhal Cível: Juíza Ana Lúcia Bentes Linch Criminal: Juíza Gildes Maria Silveira Lima	Av. Presidente Vargas, 2639 Centro - Fone: 0xx91 3721-1422
Juizado Especial de Conceição do Araguaia * Cível: Juiz Élder Lisboa Ferreira da Costa Criminal: Juiz Manoel Maria Barros Costa	Av. Marechal Rondon, S/N Fone: 0xx91 421-1284
Juizado Especial de Goianésia do Pará Cível e Criminal: Juíza Maria Aldecy de Souza	Av. Tancredo Neves, S/N Centro - Fone: 0xx94 345-1103
Juizado Especial de Itaituba Cível: Juiz Lúcio Barreto Guerreiro Criminal: Juíza Sandra Ferreira Castelo Branco	Trav. Paes de Carvalho, S/N Centro - Fone: 0xx 91518-2396
Juizado Especial de Marabá * Cível: Juiz Sérgio Augusto Andrade Lima Criminal: Juíza Rosana Lúcia de Canelas Bastos	Folha 30, Quadra Especial, S/N N. Marabá - Fone: 0xx 322-2428
Juizado Especial de Marituba Cível e Criminal: Juiz Luiz Bernardo Oliveira	Rua 21 de abril, S/N Fone: 0xx 91 256-3966
Juizado Especial de Mãe do Rio Cível e Criminal: Juíza Cecília Carneiro	Av. Alfredo Chaves, S/N Centro - Fone: 0xx 91 444-1156

\* Instalado no biênio Fev. 2001 a Jan. 2003



## Movimento Processual

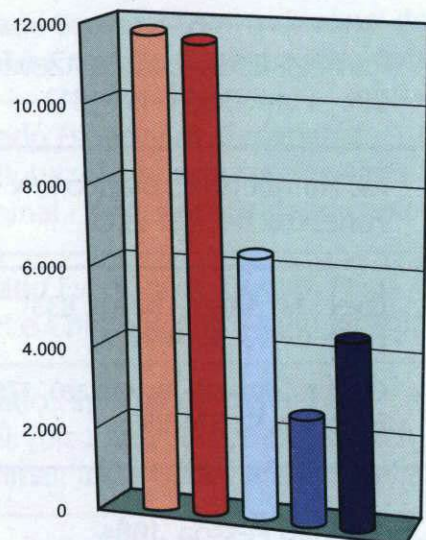
Juizado Especial de Moju * Cível: Juíza Marielma Ferreira Bonfim Criminal: Juíza Ângela Alice Alves Tuma	Praça do Estudante, 80 Centro - Fone: 0xx913756-1223
Juizado Especial de Muaná * Cível e Criminal: Juiz José Coriolano	Rua Cel. Rodrigo L. de Azevedo, 306 - Fone 0xx91 494-1312
Juizado Especial de Redenção * Cível e Criminal: Juiz Heyder Tavares Ferreira	Av. Humberto C. Branco S/N Fone: 0xx 94 424-2206
Juizado Especial de Santarém * Cível: Juíza Luana Henriques Santalices Cível: Juíza Maria Antonieta Ferrari Miléo Criminal: Juiz Ademar Gomes Evangelista	Cível: Av. Anísio Chaves, 833 Fone: 0xx93 3064-9228 Cível e Criminal: Av. Mararú, 1787 Fone: 0xx 93 5241055
Juizado Especial de Salinópolis * Cível e Criminal: Juíza M <sup>a</sup> Laudelina Oliveira	Av. João Pessoa, 1084 Fone: 0xx91 423-2269
Juizado Especial de Santa Izabel do Pará Cível: Juíza Maria das Graças Alfaia Fonseca Criminal: Juiz . Edmar Pereira	Rua Mestre Rocha, 1197 Fone: 0xx 91 3744-1283
Juizado Especial de São João do Araguaia Cível e Criminal: Pretor Sebastião Ferreira	Pça. José Martins Ferreira S/N 0xx94 3379-1136
Juizado Especial de São Miguel do Guamá Cível: Juiz José Antonio Ferreira Cavalcante Criminal: Juíza Silvana Maria de Lima e Silva	Av. Nazaré 530 Centro Fone: 0xx91 446-1298
Juizado Especial de Tomé Açú Cível e Criminal: Juíza Sarah Castelo Branco	Av. 03 Poderes, 800 Centro Fone: 0xx91 3727-1290
Juizado Especial Cível de Viseu Cível e Criminal: Juiz Vanderley de O. Silva	Rua Major Olímpio S/N Fone: 0xx 429-1228

\* Instalado no biênio Fev. 2001 a Jan. 2003



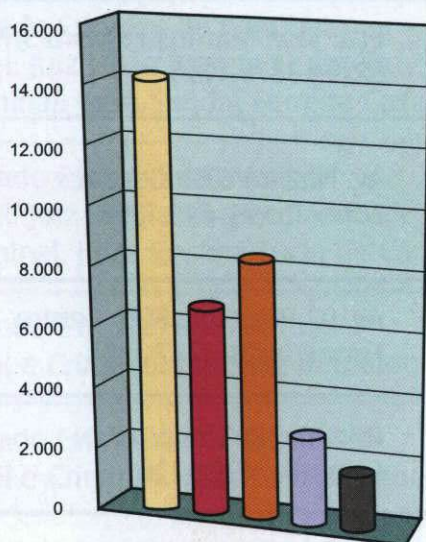
## Movimento Processual

### Juizados Especiais Cíveis do Interior



Iniciados	11.858
Audiências realizadas	11.449
Acordos homologados	6.208
Sentenciados	2.926
Arquivados	4.8078

### Juizados Especiais Criminais do Interior



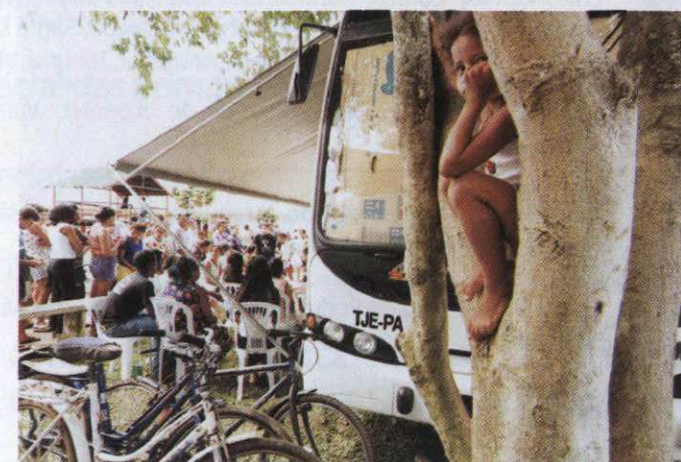
Iniciados	14.016
Arquivados/Redistribuídos	6.492
Audiências	8.291
Composição Civil	2.518
Transação Penal	1.466



## Movimento Processual

### Juizado Especial Itinerante

Serviços	Atendimentos
Juizado Especial Cível Itinerante	2001 — 1988
	2002 — 535
Juizado Especial Criminal Itinerante	2001 — 981
	2002 — 2020
Justiça Itinerante	2002 — 32775
<b>Total Geral de Atendimentos</b>	<b>38.299</b>





## Comarcas do Interior



O novo colegiado inovou nas decisões, convocando a estrutura do Judiciário a direcionar suas ações aos anseios da sociedade civil, e estreitando o debate com as prefeituras e legislativos municipais.

Neste biênio várias ações contribuíram para propiciar melhorias nas condições de trabalho das Comarcas do interior.

Várias Comarcas foram beneficiadas com a aquisição de materiais e equipamentos, quais sejam:

Material	Comarcas
Mobiliários	Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Augusto Corrêa, Baião, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Chaves, Curionópolis, Gurupá, Igarapé-Açú, Icoaraci, Itaituba, Marabá, Marituba, Melgaço, Monte Alegre, Mojú, Óbidos, Orilândia do Norte, Paragominas, Portel, Primavera, Redenção, Tucuruí, Santa Izabel, Santana do Araguaia, Santarém, São Miguel do Guamá, Terra Santa, Magalhães Barata, Vigia.
Eletrodomésticos	Almeirim, Altamira - Vara Agrária, Ananindeua, Breves, Cametá, Castanhal, Concórdia do Pará, Conceição do Araguaia, Chaves, Curionópolis, Curuçá, Itaituba, Marabá, Marapanim, Melgaço, Mojú, Pacajá, Paragominas, Portel, Prainha, Primavera, Santa Izabel, Santana do Araguaia, Santarém, São João do Araguaia, Tucuruí, Vigia.
Equipamentos e Diversos	Abaetetuba, Baião, Vara Distrital de Icoaraci, Vara Distrital de Mosqueiro.
Equipamentos de Informática e Comunicação	Ananindeua, Conceição do Araguaia, Santarém, São Miguel do Guamá, São Sebastião da Boa Vista, Parauapebas.
Equipamentos hidráulico	Marapanim, Ponta de Pedras, São Miguel do Guamá, São Sebastião da Boa Vista.
Equipamentos de som	Itaituba.



## Comarcas do Interior

Com relação as reformas gerais e de manutenção da rede física, durante o biênio, foi possível atender algumas Comarcas tais como:

Fóruns e Juizados Especiais das Comarcas de Ananindeua, e Abaetetuba,

Fóruns das Comarcas de Alenquer, Augusto Corrêa, Benevides, Bonito, Brasil Novo, Bujaru, Castanhal, Cametá, Curionópolis, Dom Eliseu, Igarapé-Açú, Irituia, Marapanim, Marituba, Moju, Óbidos, Rio Maria, Salinópolis, Santa Izabel do Pará, São Caetano de Odivelas, Xinguara e Capitão Poço,



Fóruns e Residências Oficiais de Ponta de Pedras, Capanema, Mãe-do-Rio, Santo Antonio do Tauá e São Domingos do Capim,

Fórum Distrital do Mosqueiro,

Juizado Especial das Comarcas de Altamira e Icoaraci,

Juizado Especial de Trânsito,

Juizado da Infância e Juventude,

Residência Oficial das Comarcas de Acará, Itupiranga, Jacundá, Marapanim, Oeiras do Pará, Ourém, Santa Maria do Pará e Tomé Açú.



## Comarcas do Interior

Em **convênio com Prefeituras Municipais** o TJE repassou recursos para edificação dos Fóruns de Santarém Novo, Santa Luzia do Pará, São Geraldo do Araguaia e Rurópolis.



Considerando as necessidades de atendimento às situações emergências referentes a consertos de equipamentos das Comarcas do interior, o TJE montou um sistema de pronto atendimento aos pedidos de reparos em equipamentos de ar condicionado, telefones, fax, móveis e similares, bem como para viabilizar o conserto de veículo na própria Comarca, evitando remoções para a capital.



## Comarcas do Interior

A informação e o trâmite de documentos mereceram investimentos especiais onde inclui-se o serviços de protocolo mais rápido e a ampliação do serviço de telecomunicação com a instalação de centrais telefônicas nos Fóruns de Ananindeua, Uruará, Medicilândia, Santarém Novo, Marapanin, Aurora do Pará, São Geraldo, Curuçá, Cametá, Baião, Mocajuba e São Miguel do Guamá.

A frota de transporte das Comarcas do interior foi ampliada através da destinação de 12 automóveis para os municípios de Breves, Conceição do Araguaia, Garrafão do Norte, Itupiranga, Maracanã, Paragominas, Rio Maria, Salinas, Santarém (Kombi Nova), Santa Izabel do Pará, São Francisco do Pará e Xinguara.

O fornecimento de motocicletas e barcos de alumínio veio atender a situações específicas de algumas Comarcas respondendo a necessidades evidenciadas e ainda a característica geográfica dos municípios.

As Comarcas que receberam motocicletas foram: Acará, Augusto Corrêa, Bragança, Conceição do Araguaia, Monte Alegre, Santarém, Salvaterra, Uruará, Santa Maria do Pará, Viseu e Xinguara.

E as Comarcas que receberam barcos de alumínio, motor de popa e carreta foram: Breves, Muaná, Santarém e Prainha.

O **Projeto Sorriso Feliz** que trabalha na prevenção odontológica atendeu servidores das Comarcas das regiões das ilhas, estradas e Sudeste do Pará percorrendo os municípios de Muaná, São Sebastião da Boa Vista, Ponta de Pedras, Igarapé Miri, Barcarena, Abaetetuba, Soure, Salvaterra, Mojú, Salinas, Bragança, Augusto Corrêa, Santarém, Óbidos, Juruti, Terra Santa, Marabá e Tucuruí, perfazendo um total de 16.332 pacientes atendidos e 25.847 procedimentos realizados.



## Comarcas do Interior

### Justiça Itinerante

A coordenação dos Juizados Especiais através do Projeto Justiça Itinerante pôde deslocar ações do judiciário a bairros e municípios da região metropolitana. Inicialmente com apenas uma unidade móvel, e nos últimos três meses do biênio, com mais duas unidades, uma delas adquirida em parceria com a Fundação Banco do Brasil.

Em conjunto com órgãos públicos e instituições, o Projeto Justiça Itinerante promoveu o atendimento às comunidades carentes, com a expedição de documentos essenciais ao exercício da cidadania, solucionando os conflitos de interesse de forma conciliatória, simples, gratuita e eficaz.

Na esfera da Justiça itinerante, a maior demanda registrada diz respeito às justificações de registros de nascimento, processo e celebração de casamentos comunitários e ações de divórcios consensuais. E no Juizado Especial Cível, a cobrança de Dívidas.

RESULTADOS DA AÇÃO ITINERANTE EM 2002		
Município	Período	Nº de Atendimentos
Santa Bárbara	15 a 30/01/02	389
Acará	14 a 28/02/02	4.114
Igarapé Miri	06 a 20/03/02	4.740
Benevidades	04 a 18/04/02	3.315
Ananindeua	20 a 21/04/02	253
Canaã dos Carajás	01 a 14/05/02	1.876
Jacundá	16 a 28/05/02	3.366
Bom Jesus do Tocantins	01 a 15/06/02	1.646
Abel Figueiredo	17 a 29/06/02	554
Goianésia do Pará	01 a 09/07/02	2.253
Conceição do Araguaia	18/07 a 02/08/02	668
Rondon do Pará	13 a 24/08/02	772
Nova Ipixuna	26/08 a 04/09/02	871
Redenção	17 a 28/09/02	1.191
Outeiro	16 a 25/10/02	123
Vigia	05 a 14/11/02	664
Colares	07 a 14/11/02	237
Cametá	26/11 a 07/12/02	935
Justiça na Praça - Belém	20 e 21/04 - 07 e 08/12/02	3.873
Mocajuba	09 a 19/12/02	935
<b>Total</b>		<b>32.775</b>



## Comarcas do Interior

### Instalações de Juizados Especiais

A instalação de juizados especiais no interior demonstra a preocupação do TJE em fazer uma Justiça que atenda de forma simples e rápida, os conflitos de interesses de pequena complexidade no cível e pequeno potencial ofensivo no crime.

Comarcas onde foram instalados Juizados Especiais
Abaetetuba - Cível e Criminal
Marabá - Cível e Criminal
Santarém - Cível
Salinópolis - Cível e Criminal
Distrito do Mosqueiro - Cível e Criminal (Capital)
Breves - Cível e Criminal
Moju - Cível e Criminal
Conceição do Araguaia - Cível e Criminal
Redenção - Cível e Criminal
Muaná - Cível e Criminal

A assimilação da proposta de uma gestão compartilhada e cidadã, foi determinante para o lançamento de várias ações de iniciativa dos juizes das comarcas do interior, que em muito contribuíram para o fortalecimento da instituição, a exemplo de campanhas e projetos como:

Justiça na Serra Pelada - Comarca de Curionópolis; A Justiça e a Comunidade Juntos na Garantia do Direito à Cidadania - Itupiranga; Garantindo a Justiça - Óbidos; Audiência Pública para Apurar a Violência - Terra Santa; Espia Mano, a Minha Causa - Tucuruí; Justiça na Roça - Conceição do Araguaia; Projeto Cidadania - Tomé-Açú; Justiça e Comunidade: Parceria que dá certo e Infância sem Risco - Santarém e Casamento Comunitário - Aurora do Pará.





### Instalação de Varas, Comarcas e Projetos de Lei

Das dez Varas Agrárias, Minerárias e Ambientais, criadas através da Lei Complementar de nº 14 de 17 de novembro de 1993, duas foram instaladas neste biênio. O convênio firmado entre o Judiciário e INCRA possibilitou a instalação das Varas sediadas em municípios que têm sido palco de grandes conflitos pela posse de terra.

A primeira sediada em Marabá foi instalada em 6 de junho do ano passado e abrange 39 comarcas. A segunda foi instalada em 16 de janeiro de 2003, com sede em Altamira e jurisdição em mais 25 comarcas.

Providas por juizes de segunda entrância e formação especializada nos ramos agrária, minerário e ambiental, ressalvada a competência da Justiça Federal, compete aos juizes das Varas Agrárias processar e julgar as causas relacionadas ao: Estatuto da Terra e Códigos Florestal, de Mineração, Águas, Caça e pesca e legislações complementares. Também compete ao juiz a responsabilidade de processar e julgar as causas relativas ao meio ambiente e a política agrícola, agrária, fundiária, minerária e ambiental; aos registros públicos, no que se referirem às áreas rurais; ao crédito, à tributação e à previdência rurais.

Durante o biênio foram instaladas as comarcas de Santarém Novo, São Geraldo do Araguaia e Santa Luzia nos dias 18, 20 e 23 de janeiro de 2003, respectivamente.



### Projetos de Lei

A Assessoria Militar, embora já existente na prática foi regulamentada através da Lei de nº 6.500, de 04 de janeiro de 2002 que dispõe sobre a criação da Assessoria Militar no Poder Judiciário do Pará, e dá outras providências.

Elaborado no biênio, o Anteprojeto de Lei - que dispõe sobre a organização jurisdicional e administrativa e sobre os cargos de provimento em comissão do Poder Judiciário e adota outras providências está concluído e deverá ser submetido ao Órgão Especial do TJE, para o encaminhamento à Assembléia Legislativa do Estado.

### Ouvidoria Agrária

Questões importantes reclamavam soluções, como por exemplo, a situação fundiária no Estado. O envolvimento de pessoas pela posse da terra têm ocasionado frequentes conflitos agrários, principalmente nas Regiões Sul e Sudeste do Pará, com ações também nos municípios de Ananindeua e Castanhal entre outros, e tem origem no intenso fluxo migratório observados nessas áreas.

O componente institucional da Ouvidoria Agrária, objetiva mediar o interesses das partes, visando desarticular as situações de enfrentamento pela posse da terra, buscando maior equilíbrio nas relações sociais.

O Ouvidor Agrário Otávio Marcelino Maciel, tem ressaltado que a decisão da Presidente do TJE, Des. Climeniê Pontes em criar a Ouvidoria Agrária para mediar os conflitos pela terra foi de grande importância, porque a instituição está conseguindo resolver casos que datam de vários anos, a exemplo de uma ação iniciada em 1993, referindo-se ao caso da Fazenda Tropical, em Breu Branco, em que o INCRA está regularizando a situação dos posseiros.

A parceria com órgãos como o INCRA, Ministério Público e Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários é um fato real e positivo, que veio a contribuir substancialmente para o bom andamento do trabalho.



## A Presidente Climeniè Pontes faz um balanço da administração compartilhada que implantou no Judiciário do Estado.

A Desembargadora Climeniè Bernadette de Araújo Pontes, presidente do TJE, atuando há 38 anos na carreira da magistratura e um ano e dez meses na presidência do Judiciário do Estado, administrando de forma compartilhado o Poder, faz um balanço de sua gestão. Ela contabiliza diversas conquistas no plano de gestão, fruto da administração que implantou, atribuindo o mérito ao esforço conjunto e solidário da equipe de trabalho, mas considera que a prestação jurisdicional só vai atingir um índice satisfatório, a médio prazo, com os novos incrementos adotados e um número maior de serventuários e juizes para atender a demanda requerida.

Repórter - Qual o balanço que a senhora faz deste 2º ano de gestão administrando de forma compartilhada o Poder?

Desa. Climeniè Pontes - Antes de aspirar à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado, já concebia a idéia de uma gestão compartilhada. O Poder Judiciário não podia parar no

tempo, precisava evoluir, atualizar-se, modernizar-se, para cumprir sua função institucional que a Constituição cidadã lhe delegara. Como magistrada vitalícia, pude observar os percalços de tantos presidentes que desejavam o melhor para o seu Órgão, mas viam-se a braços, com dificuldades de toda sorte, especialmente os escassos recursos orçamentados, que dificultavam o planejamento e concretização de metas. E a considerar que, no Estado Democrático de Direito, incumbe ao Poder Judiciário o relevantíssimo papel de grande fórum consagrador dos critérios de interpretação da lei, oferecendo ao Estado e aos jurisdicionados o exato sentido desta, fortifiquei a idéia do compartilhamento da minha administração, para uma atuação efetiva, integrada e mais benéfica, com vista a conseguir, no curto espaço de dois anos, as melhorias que reclamava a sociedade. E hoje, no último quartel de meu mandato, os resultados são extremamente benéficos e compensadores. E mais, a alegria que me contagia, consigna



que este modelo de administrar permite ao gestor definir, planejar e priorizar metas, concluindo-as no tempo previsto.

Conjuntamente, debruçamo-nos na implantação dos projetos que elevam a estima, a confiança e o respeito ao Poder Judiciário.

Repórter - Quais os benefícios que esta forma de administrar trouxe ao Judiciário?

Desa. Climeniè Pontes - O Poder Judiciário como concebido hoje, deve encetar metas, com vista à conquista da paz social, do bem comum, do bom desenvolvimento da atividade judiciária; lembrando, sempre, que somos todos partícipes do ideário de bem-estar social. E a sociedade cobra isso a todo instante, como forma de minimizar a morosidade, a impunidade, etc. Neste contexto, a administração compartilhada é salutar e benéfica; atuando em áreas distintas, foi possível trabalhar com maior firmeza na consecução dos planos traçados, atingindo as metas programadas. Não houve mágica, e sim esforço conjunto, solidário, pois só assim o trabalho flui e os benefícios são auferidos.

Repórter - O Judiciário está alcançando a meta de levar cidadania aos jurisdicionados?

Desa. Climeniè Pontes - Partindo da noção de cidadania concebida universalmente na "Declaração dos

Direitos do Homem e do Cidadão", a qual retrata, em suma, que todo homem, como expressão da espécie, tem direitos inerentes à sua natureza humana, que são, porém, exercidos no contexto de cidadania, posso dizer que o Judiciário está alcançando a meta prevista de levar cidadania aos jurisdicionados.

Na área jurídico-social, os projetos são visíveis. Os magistrados acolheram com satisfação a proposição da Presidência de aproximar o Judiciário da comunidade, fazendo a justiça acontecer no seu seio, levando a certeza de que todos somos soldados e responsáveis pelo mesmo ideal, afinados à melodia dos grandes sentimentos sociais. Há projetos de repercussão e aceitação nessa área, que está em expansão. O Juizado Especial Itinerante é prova real do atendimento direto ao cidadão, quer na área jurídica, quer na área social.

Repórter - A Justiça Itinerante é uma forma de ampliar o raio de ação da Justiça? Em que medida?

Desa. Climeniè Pontes - O Juizado Especial Itinerante a que me reporte no item anterior, é, sem dúvida, a forma mais efetiva de redimensionar a prestação jurisdicional. A extensão territorial do Pará impossibilita o atendimento a todo cidadão carente de justiça. A par disso, o Estado está dividido politicamente em 143 municípios e o Judiciário, atualmente, possui apenas 97 comarcas



## Entrevista

instaladas, o que dificulta o atendimento direto dos serviços judiciário à população dos municípios não sede de comarca. Dessa situação constrangedora, surgiu a idéia de aumentar o número de veículos, adequadamente preparados para os serviços judiciais, que deverá atingir todos os municípios do Estado, em programação contínua, aos cuidados da Coordenadora desses Juizados, Desembargadora Carmencin Marques Cavalcante.

Repórter - Como a senhora avalia o processo de modernização do Judiciário? Quais as metas alcançadas?

Desa. Climeniê Pontes - O processo de modernização do Judiciário há um ano está sendo trabalhado, constituindo-se na grande esperança, hoje, dos que fazem a justiça acontecer. É impossível, no século XXI, conviver à margem dos avanços tecnológicos, sem uma resposta ágil e precisa ao cidadão. A máquina emperrada e obsoleta deverá ceder lugar às novas técnicas, que garantam maior rapidez, mais tranquilidade aos seus usuários. E o grande passo a esse plano de modernização está conectado a informatização. O Tribunal de Justiça do Pará, muito em breve, inserir-se-á nesse modelo. As metas estão sendo alcançadas; espero, ao final de meu mandato, entregar ao meu sucessor, um Judiciário livre das amarras que o impedem de evoluir, facilitando a

vida dos operadores do direito, podando a burocracia, um dos motivos impeditivos de uma prestação jurisdicional efetiva.

Repórter - Como a senhora analisa a prestação jurisdicional do Estado e quais as barreiras ainda existentes para melhorar e/ou aprimorar esta prestação?

Desa. Climeniê Pontes - A prestação jurisdicional do Estado ainda não atingiu o patamar ideal, são poucos os operadores do direito para a demanda requerida. No entanto, está melhorando, sim; certamente, a médio prazo, com os novos incrementos adotados e maior número de serventuários e de juizes, chegar-se-á a um índice satisfatório. Já estamos a caminho, melhorar é possível sim, e isso já se pode sentir no Judiciário paraense, e aprimorá-la, isto é, torná-la mais célere, vai depender da reforma judiciária, que há dez anos tramita no Congresso Nacional.

Temos consciência de que muito já foi feito, mas o ideário só será atingido quando se conseguir diminuir o número de habitantes por juiz, que hoje está na faixa de 30.000 habitantes para um juiz.

Entrevista publicada originalmente na Revista Justiça e Cidadania do TJE Edição nº 02 - Dezembro de 2002



## Conclusão

Podemos afirmar com segurança que nos empenhamos em cumprir o dever institucional de bem conduzir e dignificar este Poder Judiciário, e muito nos gratifica observar os avanços obtidos.

Melhoria na qualidade da prestação dos serviços jurisdicionais. Consolidação do papel da Justiça como agente master da cidadania. Incremento nas ações da Justiça Itinerante. Criação da Ouvidoria Agrária; do Projeto Cidadania desde o Nascimento; Espia, Mano, a Minha Causa; Cidadania Desde o Nascimento; Casamentos Comunitários; Infância Sem Risco; Justiça e Comunidade: Parceria que dá Certo; com destaque para o Projeto Justiça na Praça, cujo exemplo foi seguido pelas comarcas do interior.

Esses são os resultados que o TJE orgulhosamente apresentou no Biênio Fev. 2001 - Jan. 2003.

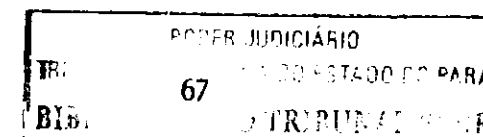
Externamos nossa gratidão aos magistrados e servidores desta Egrégia Casa, pela devotada contribuição nestes dois anos.

Consideramos acertada, a valorosa experiência de compartilhar decisões administrativas e programáticas, bem como, a idéia central desta gestão de fazer da justiça um instrumento da cidadania, onde os menos favorecidos encontraram abrigo.

Continuaremos trilhando esse caminho, na condição de magistrada. Porém mais enriquecida em conhecimentos, e porque não dizer, com uma visão institucional e social mais ampliada.

O exercício da Justiça como sinônimo de cidadania é uma conquista diária que temos o dever de realimentar a cada situação de nossas vidas, seja profissional ou pessoal. Esperamos que a semente de nosso trabalho, reafirmo conjugado, venha a se expandir, e dar muitos frutos.

Que o aprendizado no convívio com o povo não pare por aqui. Seja apenas mais um passo largo na caminhada rumo à plenitude da justiça e da igualdade social.



N.Cham. 341.4192509811 P221r

Autor: Pará. Tribunal de Justiça

Título: Relatório de atividades : biênio fev. 2001/jan. 20



22800

13273

Ex.1 TJE-PA BTS



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado do Pará**